



Ata nº 08

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em continuação da sessão ordinária iniciada em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 30 presenças).

Guilherme Sabrosa Apolinário Portada (PS); Catarina Rodrigues dos Santos (PSD); Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); José Manuel Vaz Ferreira (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Joana Luísa Ramos da Cruz (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Emanuel José Pereira Aniceto (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Filipe Gonçalo Schneider Hidalgo do Nascimento (MPT); Carlos Alberto (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Graziela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD) – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro; Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro; Basílio Farias Martins (PS) – União de Freguesias de Conceição/Estoi e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe.

Não estava presente Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD).

Por o terem solicitado, foram substituídos os seguintes membros:

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Sabrosa Apolinário Portada.

Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD) – Substituído por Catarina Rodrigues dos Santos.

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício.



Assembleia Municipal de Faro
04/03/2022

Ata nº. 08

António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por José Manuel Vaz Ferreira.

Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD) – Substituída por Joana Luísa Ramos da Cruz (que tomou **Posse**).

Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT) – Substituído por Filipe Gonçalo Nascimento (que tomou **Posse**).

João Francisco Calado Espanhol (PS) – Substituído por Carlos Alberto.

José António Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias Conceição/Estoi) – Substituído por Basílio Farias Martins (que tomou **Posse**).

- Composição da Mesa:-----

Presidente: Cláudia Suzana Silva da Luz.

1.º Secretário: João Manuel Camacho Gameiro Alves.

2.ª Secretária: Catarina Rodrigues dos Santos.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho; o Vice-Presidente Paulo Jorge Neves dos Santos e os Vereadores Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Teresa Aleixo Almeida Santos; Aquiles Fernandes Marreiros Anabela Custódio Afonso e Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias.

Verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Mesa, em exercício, declarou aberta a reunião.

Presidente da Assembleia, em exercício – «Boa noite a todos, sejam bem-vindos a mais uma reunião da Assembleia Municipal.

Cabe-me a mim hoje dirigir os trabalhos, por impedimento tanto do Presidente, como do Primeiro Secretário, por razões de saúde, portanto, desejo a melhor sessão para todos.



Vou relembrar aquilo que temos para hoje em agenda. Portanto, começamos no ponto 11, que é a designação de representantes da Assembleia Municipal em entidades e comissões municipais.

Passamos depois para o ponto 12, constituição de comissões.

O ponto 13 foi retirado por nossa iniciativa, logo no início desta Assembleia, no dia 28.

Passamos para a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

E por fim, temos o ponto das moções.

Passamos então à ordem de trabalhos.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – Ponto de ordem à Mesa – «Cumprimento a Sr.^a Presidente, em exercício, o Sr. Presidente da Câmara e os Vereadores presentes, a Mesa, evidentemente, os membros da Assembleia Municipal presentes e o público presente. Pedia-lhe só que me indicasse, apenas para organização de trabalho, a ordem das moções no ponto quatro.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Aquilo que tinha ficado definido, era cumprir a ordem que estava definida por ordem de chegada.

Portanto, a ordem de chegada é a seguinte:

1 - Moção de recomendação para a elaboração do Plano de Pormenor “Castelo de Faro”, que é do PPM.

2 - A saudação ao Dia Internacional da Mulher, da CDU.

Moção 3 - Responder à situação de seca, defender a água pública, reforçar o investimento no Algarve, da CDU.

Moção 4 – Ponte Móvel da Doca de Faro, do MPT.

Moção 5 – Por uma solução diferente para o troço da linha do comboio entre o Chalé das Canas e a estação de comboios, do MPT.



Assembleia Municipal de Faro
04/03/2022

Ata nº. 08

A 6 que é Recomendação – Transferência e Governação: Divulgação da lista de bens imóveis e informação acerca do património da Câmara Municipal de Faro, que é da Iniciativa Liberal.

A 7 já está tratada.

A 8 – Recomendação – Reforçar a limpeza urbana dos espaços públicos do PAN.

A 9 também já está tratada.

A 10 Moção – A água e eficiência hídrica do Algarve, do PSD.

A 11 – Recomendação – Programa de adaptação do Comércio Tradicional no Centro Histórico de Faro para pessoas com diversidade funcional, do PSD.

E a 12 também já está tratada.

O que aqui há a referir, não sei se concordam ou não, há duas moções que versam sobre o mesmo tema, que é a água. Se entenderem que podemos discuti-las em conjunto assim o faremos, sim?»

O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite, Sr^a. Presidente em exercício, Secretários, Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Assembleia Municipal e público presente.

Relativamente a este assunto, o PAN está de acordo. Sendo temas bastante semelhantes acho que podem ser discutidos ao mesmo tempo.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Alguém discorda?»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «A bancada do Partido Socialista acompanha a sua posição e a sua sugestão, Sr^a. Presidente.»

O Membro da AM, Bruno Lage (PS) – **Presidente da União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro** – «Boa noite, Sr^a. Presidente em exercício. O PSD também acompanha a sua opinião.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Mais alguém se quer pronunciar?»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Dado haver alguns assuntos sobre os quais foram apresentadas Moções ou saudações ou



coisas semelhantes, nós alinhamos pela agregação e nessa agregação deverá ser respeitada a ordem pela qual os assuntos estão ordenados.

Para terminar, permitam-me só que saúde a Sr^a. Presidente em exercício, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, todos os membros desta Assembleia Municipal, assim como os cidadãos que estão presentes. Obrigado.»

O Membro da AM, Teresa Correia (CDS) - «Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Sr^a. Presidente em exercício, os Srs. Vereadores, os nossos Deputados e o Público presente e dizer que a bancada do CDS também acompanha a junção das duas moções.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício - «Mais alguém se quer pronunciar? Então, por maioria, assim faremos.»

PONTO N.º 11

Designação de representantes da Assembleia Municipal em entidades e comissões municipais.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Portanto, por aquilo que a Mesa apurou, houve aqui um entendimento, daquilo que que nos foi dado a conhecer:

Para a Comissão Municipal de Toponímia, tanto o PS como o PSD propuseram o nome de Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho.

Para a Equipa para a Igualdade na Vida Local, que é necessário quatro representantes e um deles ser Presidente de Junta, o acordo a que se chegou, nestas duas bancadas, era que passariam a fazer parte desta equipa: Tatiana Henriques Homem de Gouveia, Ana Lúcia Silva Passos, ambas da bancada do PS. Da bancada do PSD, Cláudia Susana Silva da Luz e depois a nossa Presidente de Junta que faria parte seria Virgínia Alpestanda.

Da Comissão de Crianças e Jovens de Faro, CPCJ, as bancadas do PS e do PSD apresentaram nomes. Do PS, Susana Cristina da Silva Joaquim e Beatriz Graziela Calafate, e do PSD Cátia Susana da Palma Morais Gomes e Paula Medeiros.



Portanto, estas comissões têm uma representação pelo método de *Hondt*; tendo por base essa premissa, estes serão os nomes a vigorar nestas comissões.

Depois, passo a dizer que para o Conselho Geral da FAGAR todas as bancadas devem indicar um nome. Nem todas ainda o fizeram, portanto, solicitamos que quem ainda não teve essa oportunidade para o fazer.»

Passou-se então ao:

PONTO N.º 12

Constituição de Comissões

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Aqui, na Constituição das Comissões, houve a proposta da Mesa que todos receberam. E depois chegou-nos, eu penso que pelo menos os líderes de bancada tiveram acesso, uma outra proposta do PAN.

Eu, se calhar, daria a liberdade para se pronunciarem sobre estas duas propostas.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr^a. Presidente, a bancada do Partido Socialista não tem conhecimento da proposta do PAN.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Mas eu posso então referenciá-la. Portanto, todos têm a proposta que a Mesa apresentou, certo? Pronto, então eu vou ler a proposta do PAN.

A primeira Comissão é igual, portanto, Comissão 25 de Abril e outras Organizações Institucionais.

A segunda também permanece igual, Comissão de Habitação, Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Municipais.

A terceira também permanece igual, Comissão de Finanças, Património, Recursos Humanos e Economia Local.

A quarta é que muda, Comissão de Ambiente, Transição Climática e Bem-estar Animal.

A quinta, Comissão de Saúde e Direitos Sociais.

E a sexta permanece idêntica, Comissão de Acompanhamento de Faro-2027.»



O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite novamente, Sr^a. Presidente, em exercício.

Há uma alteração na dois também, que é a questão da mobilidade, que estava na quatro: Comissão de Ambiente, Mobilidade e Sustentabilidade originalmente e que passaria para a dois, Habitação, Urbanismo, Planeamento e Obras Municipais.

No fundo, o que pretendemos aqui é dar uma maior dignidade ao tema da Saúde, incluindo a saúde numa das comissões, separando os Direitos Sociais do Bem-estar Animal, juntando o Bem-estar Animal à questão Ambiental, como já estava na Comissão anterior entre 2017 e 2021. E acrescentamos a Transição Climática, visto que é um desafio dos nossos tempos, à Comissão de Ambiente, passando a ser Ambiente, Transição Climática e Bem-estar Animal. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr^a. Presidente, eu não consegui ouvir a diferença para o número quatro.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Portanto, a Mesa propõe Comissão de Ambiente, Mobilidade e Sustentabilidade e a proposta quatro é a Comissão de Ambiente Transição Climática e Bem-estar Animal.»

O Membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite, queria cumprimentar a Sr^a. Presidente em exercício, o Sr. Presidente da Câmara e caros Colegas.

Eu gostava aqui de referir o seguinte: o que está aqui subjacente à divisão das comissões tem também a ver com a abrangência dos assuntos e um certo equilíbrio na distribuição desses assuntos pelas comissões. Porque, caso contrário, criamos super comissões com um peso absolutamente, digamos, desequilibrado em relação a todos os outros.

A forma como foram propostas, penso eu, estas comissões, foi para tentar haver um equilíbrio da distribuição de grandes pelouros, digamos assim, pelas comissões de forma relativamente equilibrada.

Se estivermos a alterar substancialmente este tipo de organização, vamos criar pesos muito grandes em determinadas comissões e outras, não é que não tenha relevância o tema, mas em termos de matéria são menos densas, digamos assim.



Portanto, eu, francamente, considero que a Mobilidade e o Ambiente deveriam continuar ligadas, como estava na proposta da Mesa. Até porque a mobilidade é um tema bastante abrangente e também se relaciona muito com o ambiente. Efetivamente tem muito a ver até com as políticas de ambiente e as políticas de transportes e as políticas de mobilidade e, portanto, parece-me que faz sentido relacionar os dois.

A Saúde e os Direitos Sociais, está implícito que a saúde é um direito social. Portanto, não quer dizer que não a gente não dê relevância à saúde, efetivamente, que é importante, mas parece-me que estar a criar especificamente, só, Saúde e Direitos Sociais, parece-me um bocadinho redundante.

E o Bem-estar Animal, neste caso, não perde valor por estar ligado à Comissão de Direitos Sociais, na minha opinião.

Portanto, aquilo que eu considero e aqui na minha bancada, nós vamos votar a favor da proposta inicial apresentada pela Mesa. Muito obrigada.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr^a. Presidente.

Da nossa parte concordamos com a proposta apresentada pela Mesa, mas também não nos parece de todo descabida a proposta apresentada pelo PAN, especialmente no que concerne ao tema da saúde. É evidente que é um direito social, mas quer dizer, se formos por aí a habitação também o é, e há “n” situações que temos aqui que são direitos constitucionalmente protegidos. Ora, face ao momento que atravessamos, que nos últimos dois anos passámos por uma pandemia, regredimos cem anos, não me parece de todo descabido que seja enquadrado e que seja possível chegar a um consenso entre a proposta apresentada pelo PAN e a proposta apresentada pela Mesa, para conseguirmos aqui, pelo menos, enquadrar um tema que merece o maior destaque e que não pode ser relegado para um plano atirado para dentro – salvo seja, salvaguardando a expressão – atirado para dentro de um direito social, porque isso há “n”.

Pelo que, na nossa opinião, sugeriríamos que fosse possível entre a Mesa e o PAN, enquadrar o tema da saúde numa comissão. Nem sei até que ponto



é que esta Comissão não deveria até ser independente... Uma comissão ligada à saúde face a tudo aquilo que temos atravessado nos últimos dois anos. Mais a mais quando todas as Câmaras Municipais neste país e o Governo tiveram de fazer um esforço gigantesco para fazer face ao problema que nós vivemos no passado e ainda estamos a viver.

Disse, Sr^a. Presidente.»

O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Tentando responder aqui um pouco à intervenção do PSD relativamente à mobilidade, obviamente a mobilidade é um assunto que está ligado ao ambiente, como de resto tudo o que politicamente iremos fazer no futuro, visto que o ambiente é algo tão fundamental para todos nós e esta transição climática é um desafio que temos que agarrar com ambas as mãos.

Da mesma maneira que se pode considerar que a mobilidade está do lado do ambiente, o PAN também considera que a mobilidade poderá estar do lado do planeamento e das obras municipais. E que quando houver planeamento, obras Municipais e urbanismo e as questões da habitação, que a mobilidade esteja lá inserida, porque, no fundo, nós queremos que ela passe a ser também central em todas as decisões que são tomadas neste âmbito. Por isso, no entender do PAN, não fica fora do âmbito da Comissão de Habitação, Urbanismo e Planeamento e Obras Públicas.

Sobre o Bem-estar Animal e os Direitos Sociais, se há um partido que compreende esta relação entre aquilo que é o cuidado que se deve ter com as pessoas e também de alguma forma isso é transversal em muitas situações aos animais, é o PAN. Mas eu acho que no debate, em termos de Comissão, o Bem-estar Animal estaria melhor enquadrado nas questões do ambiente, até porque o ambiente tem muito a ver com a forma como tratamos os animais ou como os animais fazem parte do ambiente e da biodiversidade.

Não sendo possível chegar a um consenso, pedia era que se fizesse uma votação em separado das comissões.»

O Membro da AM, Bruno Lage (PSD – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro) – «Boa noite Sr^a. Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.



De dizer que o PSD considera mais pertinente, pegando na vossa proposta dos Direitos Sociais e Bem-estar Animal, acrescentar Saúde, Direitos Sociais e Bem-estar Animal.

Quanto à questão de juntarmos o Bem-estar Animal com Ambiente e a Mobilidade, creio que não é oportuno porque se torna uma comissão muito abrangente e, da mesma forma como o nosso colega do PAN está a dizer que os animais têm a ver com o ambiente, também as pessoas têm a ver com o ambiente e os animais têm a ver com a saúde. Muitas vezes, saúde pública, saúde animal, portanto, faz sentido Saúde, Direitos Sociais e Bem-estar Animal, e manter o Ambiente, a Mobilidade e Sustentabilidade. Estamos de acordo também, se fizerem questão disso, que se tire o termo Sustentabilidade e se altere para Transição Climática, se bem que, na minha opinião, o termo Sustentabilidade é mais adequado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Não sei se o PS acompanha então esta sugestão, como tinha referido há pouco...»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr^a. Presidente, fomos agora confrontados, pedíamos um minuto à Mesa para percebermos qual é a nossa posição.

Senhora Presidente, com a devida vénia, se me der a palavra. Entendemos que talvez considerando que o Bem-estar Animal é uma matéria que até está sob a tutela do ICNF hoje em dia, em termos gerais, faria sentido que o Bem-estar Animal passasse efetivamente para a Comissão de Ambiente. E que face à dimensão que tem a saúde e os direitos sociais, fosse criada uma Comissão com os Direitos Sociais e a Saúde. Esta é a posição do Partido Socialista.

Mas também entendemos que caso esta matéria gere efetivamente tanta polémica e considerando, aliás, que estamos aqui a falar de comissões permanentes, não estamos a discutir comissões eventuais, se as bancadas não conseguirem chegar a um consenso, que é o que se pretende, até porque estamos a falar, como disse, de comissões permanentes, então sugiro que o ponto seja retirado e seja novamente discutido em reunião de líderes para que venha novamente, já mais consensualizado a esta Assembleia Municipal.»



O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «O PAN acompanha a proposta do PS.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado Sr^a. Presidente, nós também temos o mesmo entendimento da situação. E temos os nomes para apresentar, mas estávamos um bocado dependentes de qual era o arranjo final disto.

Eu julgo que haverá melhores condições na reunião de representantes para abordar este assunto e consensualizar uma proposta que me parece fácil. E que sejam abrangentes todas as preocupações que aqui foram colocadas, de maneira que a próxima Assembleia Municipal possa deliberar sobre isto muito rapidamente e termos os nomes todos muito rapidamente.

Portanto, alinhamos com aquilo que foi sugerido pelo Partido Socialista. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Como devem saber, em conferência de líderes nós abordamos esta questão na última reunião e a urgência maior é por causa da Comissão do 25 de Abril, que deve ser começado já o trabalho porque não temos muito tempo. Portanto, a urgência é mais essa, e esta é consensual, todas as outras vinham por arrasto da proposta apresentada.

Portanto, eu acharia que era melhor continuarmos para decisão agora porque temos que avançar com os trabalhos para o 25 de Abril.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr^a. Presidente, obrigada por me dar a palavra mais uma vez.

Partilhamos da preocupação com a Comissão do 25 de Abril, considerando que estamos no dia 4 de março.

Mas parece-me, porque não há qualquer tipo de problema com a Comissão do 25 de Abril, nada obsta a que aprovemos a constituição desta Comissão e que os nomes sejam já indicados, para que esta Comissão possa desde já iniciar trabalhos. E que depois as restantes, que parece-me que são as que não estão a gerar o consenso necessário, sejam então discutidas. E aliás, indo ao encontro da nossa proposta, até poderíamos desde logo aprovar a Comissão de Acompanhamento de Faro 2027, que não está também gerar qualquer tipo de polémica entre as bancadas.»



Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Nesse pressuposto, eu acharia que só não iríamos votar a 2 a 4 e a 5.

Se acharem por bem, todas as outras ficam aprovadas por consenso.»

O Membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, eu compreendo a questão da urgência da Comissão do 25 de Abril, mas parece-me bastante sensato a proposta que as várias bancadas têm aqui colocado, como a Tatiana acabou de referir e como o membro do PCP referiu, de ser depois voltado a discutir em conferência de líderes.

E há aqui uma questão ainda que eu gostaria de referir. Porque sei e parece-me que estas propostas estão relacionadas com comissões permanentes, e compreendemos que esta lista há de ter tido origem também na cabeça do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi quem gizou por assim dizer a lista de comissões hoje a aprovar, eu quero recordar que esta Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento à Estratégia Local de Habitação. E para mim não está claro o que é uma Comissão permanente daquilo que é uma Comissão eventual. Por isso, eu acho que era também importante termos a oportunidade de o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Cristóvão Norte, poder também apresentar o porquê de ter pensado nestas comissões e de que forma e qual o papel das comissões eventuais.

Havendo a urgência assumida por todos que a Comissão do 25 de Abril seja votada, e como aqui foi referido que hoje estamos no dia 4 de março, eu acho que não há nenhuma pressa relativamente às outras e creio que era de, em conferência de líderes, analisar a questão com os vários representantes das bancadas e considerando a proposta do PAN, que eu não sei quando é que entrou, relativamente às comissões. Porque eu tive acesso a esta lista das comissões permanentes no decorrer da reunião da Assembleia Municipal da última segunda-feira. Não sabia que havia uma proposta do PAN, hoje sabemos que há uma proposta do PAN. Não está aqui o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para poder clarificar a forma como idealizou as comissões permanentes e qual é que é o papel das comissões eventuais. Acho que não existe nenhuma pressa para tomar essa decisão. Acho que todas as bancadas o que querem é que os temas



importantes sejam discutidos, como todas as bancadas referiram, e não é uma questão de algum de nós ser picuinhas, é de organizar os trabalhos e as matérias que cada uma das bancadas considere importante.

Portanto, reforço que se a Mesa considerar que é imperativo a Comissão relativamente às Comemorações do 25 de Abril, por estarmos um mês e meio das mesmas, é uma coisa, todas as outras, não obstante serem muito importantes derivado às áreas que englobam, poderiam seguir o caminho para também haver aqui uma clarificação sobre o que é que uma Comissão permanente, o que é que é uma Comissão eventual. Porque o que a Assembleia Municipal de Faro tem estado habituada é a comissões eventuais. E esta questão das comissões permanentes é algo que, tanto quanto sei, não digo que é novidade, mas que não tem sido hábito.

Portanto, seria melhor nós fazermos isto de forma pensada e ponderada, para todos estarmos confortáveis e sabermos o que é que foi pensado no momento da Constituição das mesmas.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Portanto, daquilo que eu estive a ver, o e-mail do PAN chegou no dia 3 de março, às 22:37horas, mas foi para todos os líderes de bancada.»

O Membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Boa noite, Sr^a. Presidente em exercício, Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, colegas e público aqui presente.

O Bloco de Esquerda acompanha a proposta do PS e da CDU. E chamo a atenção que na última conferência de líderes a única Comissão que foi indicada foi a Comissão do 25 de Abril, por isso eu concordo com a proposta que foi feita e que podemos avançar já com a Comissão do 25 de Abril, e também, mesmo não tendo sido falado, a Comissão de Acompanhamento do Faro 2027, porque não causa problemas. As outras, eu acho que deveriam passar para uma próxima reunião. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Porque havia outras que não trariam problemas é que eu estava a propor o ser mais alargado. Não sei se todas as outras bancadas acompanham esta proposta de aprovar a primeira e a última (comissões).

Não havendo pronúncia, consideram-se aprovadas estas duas propostas.»



Membro da AM Tatiana Gouveia (PS) – Ponto de ordem à Mesa – «Sr^a. Presidente, desculpe-me estar a ser um bocadinho mais interventiva do que é habitual, mas as comissões têm mesmo que ser votadas, *tout court*.

Portanto, tem que ser perguntado quem vota contra, quem se abstém, quem vota a favor. Peço desculpa.»

Presidente da Assembleia Municipal em exercício – «Agradeço a sua recomendação e o seu alerta. Então vou pôr à votação estas duas comissões. Portanto, volto a lembrar: a Comissão do 25 de Abril e outras Organizações Institucionais e a Comissão de Acompanhamento de Faro 2027.»

VOTAÇÃO

Votos contra – 00
Abstenções – 00
Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na votação, as referidas Comissões foram aprovadas por unanimidade.

Passou-se então ao:

PONTO N.º 14

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente, caros Vereadores, Membros da Assembleia, digníssimos munícipes.

Relativamente ao contencioso: mais alguns processos, uns terminados, uns contra o município, outros pelo município, mantém-se mais ou menos os mesmos números.

Relativamente à informação financeira, daquilo que está previsto em orçamento de receita e não está ainda aqui contabilizado, os valores da incorporação do saldo que foi aprovado nesta reunião, temos cerca de cinco milhões cobrados em termos de receita corrente.



No endividamento de médio e longo prazo, à data de 22 de fevereiro, temos uma dívida de pouco mais de treze milhões e setecentos mil euros.

Na receita de capital foi cobrado pouco mais de um milhão.

Em termos de despesa, para a dotação dos dezanove milhões há onze milhões comprometidos, faturado meio milhão, pago, e está em dívida corrente cento e trinta e nove mil euros.

Na despesa corrente, dos trinta e sete milhões há trinta e três comprometidos, faturado quase seis milhões, pago quatro milhões e seiscentos e em dívida um milhão e trezentos.

Em termos de atos de representação:

- Participámos no 25º Congresso da Associação Nacional de Municípios;
- Participámos também no dia da Universidade;
- A grande exposição e uma sessão, aqui neste Salão Nobre, da Casa de Angola;
- O sorteio “Faro Somos Todos”, que foi reativado antes do Natal;
- A tomada de posse dos órgãos sociais da Associação Académica da Universidade do Algarve;
- Também da Cruz Vermelha Portuguesa, o 15º aniversário, a tomada de posse também;
- Fizemos uma visita às cinco obras grandes que estão a decorrer, na Alameda João de Deus, na Terceira Circular, no Centro Cultural de Inovação de Bordeira, no Centro de Recolha Oficial de Animais e reabrimos o Centro de Vacinação no dia um de fevereiro;
- Também, embora em moldes diferentes dos anos anteriores, o Moto Clube de Faro comemorou os seus 40 anos;
- Tivemos uma visita de miúdos da Escola de São Luís;
- Também o 15º aniversário do Mercado Municipal;
- O cônsul do Brasil veio apresentar cumprimentos;
- A tomada de posse da Cruz Vermelha Portuguesa, a Delegação Faro-Loulé;
- O Banco de Portugal também reuniu connosco;



- Apresentámos um estudo feito por uma equipa contratada pelo município para a Fábrica de Cerveja e a sua envolvente;
- A Volta ao Algarve, desta vez, teve uma etapa que terminou em Faro;
- Apresentámos o livro “*Europe at Home*” uma edição nossa. Começou com dez cidades europeias a participar neste projeto, que foi desenvolvido em 2020 aquando da pandemia, em que cada uma das cidades escolhia um autor e um fotógrafo, que apresentava dez fotografias e o autor escrevia um texto sobre a pandemia. Publicou-se este livro, com trinta cidades a participar, depois foram de alguma forma evoluindo.
- Também o Faro 2027, um livro com texto de especialistas a falar sobre o processo de candidatura à Capital Europeia da Cultura;
- Participámos na vigília ou em algumas vigílias da Ucrânia com muitos ucranianos que vivem em Faro e no Algarve, muito bem integrados e que estão a sofrer imenso. E essa fotografia eu impressiono-me sempre com ela porque espelha bem a dor destas pessoas e daquilo que elas estão a passar. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr^a. Presidente, na sua pessoa saúdo o Sr. Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores Vereadores, as senhoras, senhores Deputados municipais.

Isto é uma questão recorrente, eu sei que é uma questão muito incómoda. Eu, no anterior mandato, sempre que havia apresentação da atividade da Câmara, de acordo com a Lei 75/2013, referia esta questão. Mas de facto, Sr. Presidente, hoje houve uma evolução positiva em relação à apresentação da atividade da Câmara, mas está incompleta. Está incompleta porque a lei obriga, e é muito clara neste sentido, que a atividade municipal, no período que normalmente são três meses, a prestação tem que se desenvolver dentro das competências legais e de acordo com as previsões efetuadas pela Câmara Municipal Municipal estatuídas, designadamente o seu orçamento e as grandes opções do plano.

O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que a Câmara devia, numa folha A4, resumir aquilo que estava previsto no orçamento para 2022, o que estava orçamentado e aquilo que já foi efetuado em vários departamentos da Câmara. Isto acontece em dezenas de Câmaras do país,



em que esta apresentação é feita trimestralmente, para que os deputados conheçam esses dados. Há uns que têm acesso ao desenvolvimento da atividade da Câmara porque têm-na através da vereação, mas há membros municipais que não têm acesso a essa atividade, do que é que se está a desenvolver em relação às grandes opções do plano e orçamento previsto para 2022. E não custava nada, cada departamento fazer um pequeno resumo da sua atividade, daquilo que já estava previsto para executar, aquilo que já foi executado e quais são os valores. É o que está a ser feito numa grande parte das Câmaras Municipais, assim é que se mostra a atividade do município. A atividade município não se resume só à apresentação da questão financeira e à questão dos eventos, é muito mais. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Muito boa noite a todos, Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, digníssimos membros.

Eu acompanho a posição do meu camarada Carlos Alberto. Efetivamente, já todos ficámos a perceber qual é que foi a representação institucional do município dos últimos meses porque vimos ali todos os eventos em que participaram.

Eu, a propósito de informação da atividade do município, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se tomou alguma diligência sobre a situação que se verifica na Escola do Carmo, em que tivemos *feedback* de que crianças estiveram várias semanas sem ter leite para as suas alimentações no pré-escolar da Escola do Carmo e que reportaram isto, quer ao município, quer à Junta, quer ao Agrupamento de Escolas e até saber não foi ainda resolvido. Portanto, saber se, no meio dessa atividade toda, foi feita alguma coisa para resolver o problema das crianças que ficaram sem leite.

Percebi, pelo que um representante da Associação de Pais me transmitiu, que terá havido um problema com o concurso do leite, mas que não pode justificar crianças de pré-escolar não terem leite na sua escola.

E a propósito disto, a Associação de Pais referiu-me também ter um conjunto de intervenções escolares pedidas há já dois anos, e aproveitaria para ver se existe alguma informação a prestar à Assembleia Municipal sobre esta situação, que mais do que o arranjo da porta, o arranjo do ar-



condicionado, estamos a falar de crianças pequenas que estiveram sem leite na sua escola. Obrigado.»

O Membro da AM Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite, novamente. Uma questão relacionada com um Plano Europeu a Fundos Perdidos, o REACT-EU 2021, de apoio à Transição Climática, em especial para a arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano. Para este apoio a data de início das inscrições foi 28/12/2021 e terminaram em 28/02/2022. Aqui, a questão simples é se a Câmara chegou a inscrever-se para este apoio de financiamento a 100%, para a arborização de espaços verdes e criação de ilhas-sombra em meio urbano, que tanto fazem falta a Faro. Obrigado.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr^a. Presidente.

Só um pequeno pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara no que concerne às obras *de Santa Engrácia* ali na Alameda. Gostaria de saber quando é que vão terminar, se há algum prazo para terminar ou não e em que estado é que está? Muito obrigado.»

O Membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.^a Bárbara de Nexe – «Muito obrigado. Muito boa noite, Sr^a. Presidente em exercício, saúdo todos os Membros e público aqui presente hoje.

Gostaria, a propósito da atividade municipal, de falar e questionar uma atividade no decurso de uma excelente e produtiva visita da vereadora Sophie Matias a Santa Bárbara Neves, já há cerca de dois anos, sobre a realização de um projeto de requalificação do centro da Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, e um projeto de requalificação da via alternativa nascente a Santa Bárbara de Nexe, via esta onde nos últimos anos os acidentes e as vítimas mortais têm sido recorrentes, fruto de uma via que nem sequer foi planeada, simplesmente foi executada pela Câmara Municipal de Faro há largos anos atrás, sem qualquer projeto. Uma execução completamente deficiente e à margem de todos os requisitos de segurança a todos os níveis. Dessa visita muito produtiva que nós tivemos, com excelentes ideias que foram colocadas pela vereadora, ficaram de ser feitos dois planos e de serem apresentados dois projetos, um para a



requalificação do centro de Santa Bárbara Neves e outro para a requalificação da via alternativa nascente da Santa Bárbara. Então, gostava de relembrar que já passaram esses anos, o tempo vai passando e as coisas vão ficando paradas, por isso gostava de perguntar em que ponto da situação estamos relativamente a esses projetos. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Irei falar sobre ambiente urbano. A entrada do Algarve, o Aeroporto, Montenegro, tem cerca de vinte e cinco painéis de publicidade. Um deles é do Moto Clube, que diz para as pessoas ainda ficarem em casa. Portanto, há uma desatualização de informação publicitária, que não é de todo eficiente.

A gente lembra-se que nos campeonatos de futebol os jogadores tropeçavam em dezenas de painéis que eram colocados. Agora não, há um ecrã que vai rodando as marcas publicitárias. Portanto, todo o ambiente urbano, a qualidade ambiental fica afetada com vinte e cinco painéis junto ao aeroporto, na rotunda.

Há uma escultura derrubada na rotunda do aeroporto, não sei o que é que aconteceu, um boneco de pedra caiu. Portanto, há ali qualquer intervenção que deve ser pensada.

Na entrada de Faro é a mesma coisa, o Partido Socialista continua a não retirar os seus cartazes políticos. Eu acho importante a publicidade nesses sítios, mas escolhem os melhores sítios. Portanto, as zonas ajardinadas, que é a rotunda em frente ao fórum, é um espaço de uma qualidade interessante e fica enxameado de cartazes que tapam a própria natureza. Portanto, nós cultivamos relva, colocamos árvores e depois voltamos a tapar tudo.

Eu queria também pedir à Sr^a. Presidente de Junta do Montenegro, que tem um painel no fontanário principal e na rotunda principal de Montenegro, que é um obelisco que está ali com um fontanário iluminado e depois tem um placard à frente a tapar (um tapume, digamos assim) a tapar a expressão da sua terra. Obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr^a. Presidente.



Há coisas muito pequeninas, são pequenos detalhes da nossa cidade. Como eu sou frequentador relativamente assíduo daquele espaço do Pavilhão Municipal e da Piscina Municipal, já encalho naquilo há muitos anos e já falei naquilo algumas vezes.

Sobrou naquela zona, junto à Avenida, uma estrutura metálica que contava os dias, horas e minutos que faltavam para o campeonato de 2004. Nós já estamos em 2022, daqui a pouco perfazem-se dezoito anos. Aquilo está ali, não faz mal nem bem a ninguém, daqui a pouco, está quase completamente arborizado pela envolvente. Talvez aquilo esteja ali a fazer um teste para ver se nós conseguimos fazer crescer algum verde no ferro para além da ferrugem...

Eu falava neste pequeno detalhe, neste pormenor, porque às vezes os pormenores e os detalhes são importantes, principalmente para quem olha para as coisas e é um observador atento. Já era tempo de valorizar aquilo, mandando aquele ferro todo para a sucata. Era a minha sugestão, quando houvesse vagar e não houvesse coisas mais importantes para fazer e os serviços municipais pudessem dar um jeitinho naquilo. Era só e muito obrigado.»

O Membro da AM, José Ferreira (CHEGA) – Boa noite, Sr^a Presidente, Sr. Presidente da Câmara, todos os deputados a todos os civis presentes. Eu queria colocar uma questão simples ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente a situações que nos foram relatadas relativamente aos Bombeiros Sapadores de Faro.

No decorrer do final do ano passado, foi-nos relatado que havia várias viaturas de primeira intervenção avariadas, falo de viaturas de desencarceramento.

Falo também na dificuldade de acesso a fardamento dos próprios bombeiros, onde os últimos bombeiros que iniciaram funções pediram aos antigos bombeiros para cederem fardamento próprio para que os novos bombeiros pudessem iniciar trabalhos.

Outra situação, também, é o alojamento dos próprios Bombeiros Sapadores, nomeadamente as condições onde estão alojados quando têm que pernoitar no quartel, bem como o espaço comum, onde deveria ter uma



cozinha para que pudessem eventualmente efetuar algumas refeições, quando assim obriga o serviço. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Filipe Nascimento (MPT) - «Boa noite, queria cumprimentar a Sr^a Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores, todos os presentes.

Queria apenas pôr uma questão sobre a Comissão de Acessibilidade que houve no passado, quando foram previstas uma série de obras sobre a acessibilidade no Concelho e gostava de saber qual era a situação a nível de projetos: se já estão concluídos, quando é que se vão iniciar as obras ou como é que está o ponto de situação dos trabalhos apontados pela Comissão da Acessibilidade.»

Presidente da Câmara Municipal - «Muito obrigado.

Relativamente às questões que foram colocadas e em particular à Escola do Carmo e às crianças sem leite, estou a ouvir isso pela primeira vez. Esse processo são os agrupamentos que gerem e confesso que não me chegou, e não estou a dizer que não existam problemas, mas a mim estou a ouvir pela primeira vez, mas amanhã ou segunda-feira falarei com a Diretora para perceber o que é que se passa.

Sobre a questão da transição climática, essa candidatura nós não nos candidatámos, não tínhamos projetos feitos e, portanto, acabámos por não nos candidatar, mas estamos a trabalhar noutros.

Sobre a Alameda, espero que dentro de um, dois meses, ela esteja concluída e certamente perceberão que a minha intenção é que fique concluído o mais rápido possível.

Sobre a requalificação do centro de Santa Bárbara, neste momento penso que os projetos estão estabilizados, estão para pareceres e, portanto, estão a ser realizados.

Sobre o que disse o membro Vítor Cantinho, dar apenas a nota que a rotunda do aeroporto não é nossa, aqueles bonecos não são nossos, são do aeroporto, mas está como está.

Relativamente à estrutura metálica do pavilhão, nós já uma vez começámos a desmontá-la. Entretanto, o Moto Clube pediu para ficar com ela e o que é certo é que depois não houve evolução, portanto temos que



falar novamente com o Moto Clube para ver se estão interessados e querem realmente recuperá-la e utilizá-la, ou então um dia destes tem que se retirá-la dali, porque é como diz, não é que esteja ali a importunar, mas não fica bem aquela coisa que está ali daqui a bocado há vinte anos.

Sobre a questão dos bombeiros e das viaturas, nós temos vindo a fazer alguma recuperação das viaturas, as que temos muitas delas têm mais de vinte anos e, portanto, volta e meia temos uma viatura avariada. Quando se avariaram nem sempre é fácil arranjar e isso passa-se em todo o lado porque não há cá oficinas, pelo menos na maioria dos arranjos, temos que levar para o centro, portanto isso também dificulta um pouco e torna o processo mais moroso. Mas temos vindo, de alguma forma, a tentar resolver essas situações sempre que elas aparecem. Mas tem a ver com o facto da maioria das viaturas serem muito antigas.

Depois, com a questão do fardamento, quando as pessoas entraram houve alguma dificuldade, mas essa questão está ultrapassada.

Do alojamento e do espaço comum, é verdade, o quartel quando foi construído pressupunha até duas fases e só foi concluída uma. A nossa ideia e, aliás, temos aí um terreno já pensado e isto não é uma ideia de hoje, é de há alguns anos, fazer um novo quartel que tenha o espaço dos bombeiros, que tenha um espaço para a Proteção Civil, que está num espaço que nos foi cedido, que tenha inclusivamente e eu quando digo que tenha isto não é tudo no mesmo edifício, mas podem ser edifícios contíguos que tenham algumas sinergias. Que tenha, por exemplo um espaço para a Polícia Municipal, que tenha um espaço para as nossas oficinas e para estaleiros. Temos isso pensado já no PDM, um terreno à saída de Faro referenciado para isto e, portanto, vamos desenvolver projetos no sentido de daqui a algum tempo ter as coisas com melhores condições.

Relativamente às acessibilidades, estamos a fazer alguns projetos nisso, já foram feitas algumas coisas, mas aquilo que lá está, está a ser acompanhado e a ser desenvolvido. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Muito obrigada, Sr. Presidente.

Portanto, não havendo mais nada a dizer neste ponto, passamos ao próximo, que é o ponto das moções.



Queria só pedir a todos que respeitassem os tempos e, se fosse possível, que apresentassem as moções sem ler, de forma a ser mais célere.»

IV - Moções

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Dou a palavra ao PPM para apresentar e falar sobre a “Moção de recomendação para a elaboração do Plano de Pormenor Castelo de Faro”.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

Pois o Partido Popular Monárquico, em defesa do mais importante conjunto monumental da capital do Algarve, Castelo de Faro, e no seu seio a Catedral, tem o objetivo de classificar e qualificar estes dois monumentos, que até hoje foram sendo preteridos, e melhorando uma área patrimonial ainda degradada em muitos locais mas, sobretudo, dotá-la de um “Plano de Pormenor” plenamente eficaz e para um sítio histórico-religioso e arqueológico fundamental. Em face da atual ameaça paisagística e ambiental com a eletrificação da linha de caminho de ferro, constituindo-se a maior barreira visual para a Ria Formosa, pela colocação de múltiplas catenárias em toda a extensão da área em apreço e com grande potencial turístico para o Concelho e o Algarve, é urgente dotar este sítio histórico de um Plano Pormenor.

O Castelo tem no seu seio uma Acrópole. É assim que eu estou a defender esta tese deste espaço importante, essencialmente histórico. A Acropolis de Ossónoba tem, de um lado, a Basílica Romana e tem do outro um *template* que foi registado fotograficamente e que acompanhou a moção que vos foi enviada, situado num pequeno morro de dez/doze metros acima do nível do mar.

Este centro religioso, político, administrativo e cultural perdurou até hoje. E o fórum, o atual Largo da Sé, detém ainda hoje o Centro Religioso – que é a Sé, o Seminário e o Paço Episcopal – um edifício notável do barroco. E, bem junto, o Museu de Faro (que é património nacional), bem como a sede administrativa, onde hoje estamos, Paços do Concelho.



Um Plano de Pormenor é o objetivo desta petição. Não se resume a uma análise histórica e social desta área centrada no “Castelo Romano”, nem na sua Catedral “Basílica Romana”.

Visa, sobretudo, dotar este local de um instrumento de planeamento para alterar usos dos seus principais monumentos e edificações notáveis, como foi com êxito o “Centro de Ciência Viva”, a antiga central elétrica da cidade; alterar o uso dos edifícios abandonados e em ruínas, como o Magistério Primário, aqui bem próximo, que está à vista a degradação desse edifício sem a reutilização e a revitalização necessária; alterar o uso da fábrica – que já foi aqui apresentado pelo Sr. Presidente uma programação, e a meu ver, daquilo que eu vi da exposição, finalmente temos uma Escola de Artes e Ofícios, o termo é antigo e um ideal muito antigo do pintor Lyster Franco, o homem que desenhou este teto.

Hoje é o dia de aniversário do Infante D. Henrique, e em 1940 foi pavimentada toda esta área do Largo da Sé. Essa obra notável (como sabem, era um terreiro) foi feita porque houve uma exposição do mundo português – que descentralizou, não foi só em Lisboa – e foram executados no Largo de São Francisco dezasseis pavilhões, na altura, pelo pintor Carlos Porfírio. Foi um momento alto da cidade, houve inauguração e vieram bastantes entidades, entre elas o engenheiro Duarte Pacheco, há uma fotografia dele inaugurar a escultura do Bispo Francisco Gomes de Avelar.

Portanto, todo este espaço pode e deve ter uma toponímia acrescentada para relembrar e memorizar estes nomes, e abrir concursos para se fazer várias esculturas ou monumentos que possam ser inseridos nesta malha. Muito obrigado.

Texto da moção de recomendação:

“Moção de recomendação para a elaboração
do
PLANO DE PORMENOR
CASTELO DE FARO

Com cerca de 12 hectares, o "Castelo", contando com os seus espaços confinantes, constitui o "coração" de Faro e centro histórico numa área onde se localiza a monumental "Catedral" do Algarve.

ARQUITETURA



04/03/2022

Oriundo da época romana, essa bela estrutura defensiva militar, alargada a mais de 1 km de perímetro com ameias, passeios de ronda, torreões bizantinos, porta árabe, torre albarrã, baluarte militar, arco neoclássico, e congregando ainda variadas alterações no seu formato geral que atravessaram a "Idade Clássica", a "Idade Média" e, a "Idade Moderna". Desde os primeiros tempos; fenícios, cartagineses, romano-lusitanos, protocristãos, passando pela Era bizantina, Luso-islâmica e, ao longo de diversas épocas estilísticas com introduções estilísticas sobretudo do período Barroco, Neoclássico e, até à contemporaneidade, o "Castelo" congrega ainda no seu seio outro "coração" ; a "Sé" ou "Catedral" , também designada por "Igreja de Santa Maria" e, ainda, por "Basílica Romana" (Con. José Cabrita).

O terreno fronteiro ao magnífico Portal da Sé de Faro e, o conjunto de arcadas (poente e sul), locais onde a atual intervenção com a execução de uma rampa metálica de acesso, inscrevem-se na base de um **Templo** romano em "*opus quadratum*" (ver imagens anexas) talvez da época de Augusto (Abel Viana). Através dos registos fotográficos e que completam esta petição, a partir dos primórdios da eletrificação de Faro (finais do séc. XIX, cuja "Central elétrica" se localizou nesta mesma área e, atual "Centro de Ciência Viva"), essa enorme descoberta da época romana resultou, primeiramente, de uma enorme terraplanagem executada no Largo da Sé.

Com a remoção de cerca de 2 metros de terras abaixo do antigo nível e cota soleira da mais ancestral Catedral, destapou-se o que se pode chamar um "Templo de Diana" mas, em Faro. Esse marcante desnivelamento obrigou à construção das escadarias da Sé com cerca de 10-12 degraus que, não existiam antes dessa gigantesca intervenção topográfica de finais do séc. XIX. Após a desmontagem do que nos parece ser o "*podium*" em pedra aparelhada ("*opus quadratum*"), material que hoje subjaz em muitos cunhais ou paredes do notável casario da "Vila-a-dentro", esse desnível está bem patente no "atual" passeio e soleira do **Paço Episcopal**.

Existem, depois, imagens fotográficas já do séc. XX, com o resultado das escavações arqueológicas primeiramente iniciadas no ano de 1933 por Abel Viana e, depois, quando Mário Lyster Franco foi presidente desta Câmara Municipal até aos anos 1940. Todos estes testemunhos foram fotografados, e sendo impressionantes, carecem de atenção histórica redobrada, para voltarem a ser expostos em benefício do turismo religioso e cultural, tal como um "*dolium*" (talha romana) exposto hoje fazendo parte do acervo do "Museu Municipal de Faro".

Foi precisamente com a inauguração da infraestrutura dos caminhos de ferro até Faro, recorde-se ainda que os "*carris*" e o "*perret*" (cintura de empedrado que só depois delimitaram a área do Castelo), e com a vinda do comboio real até à "Estação", D. Carlos e D. Amélia, nos finais do século XIX, pernoitaram no antigo edifício e "**Palacete**" que, depois, origina o centro político do "**Governo Civil**", fixado junto à muralha do Castelo num notável conjunto arquitetónico. Paralelamente, fora



04/03/2022

inaugurado o então "Museu Arqueológico de Faro", situado no rés do chão do notável "**Paço do Concelho**" e, muito depois, transferido para o "**Convento N. Sra. da Conceição**".

Este último espaço arquitetónico, já classificado como "Monumento Nacional", tal como o "**Arco da Vila**", constituem até hoje os dois únicos monumentos nacionais inseridos na área do "Castelo" e, na capital do Algarve.

Momentos e factos históricos de importância patrimonial regional, nacional e, sobretudo, europeia, ocorreram também dentro da zona do "Castelo", sendo por demais evidentes os múltiplos e dispersos ensaios ou publicações de historiadores.

Mais à frente a esta pequena exposição, focarei outras teses epocais sobre personalidades marcantes que vivenciaram muitos episódios no interior da área do "Castelo" para não sobrecarregar para já os testemunhos arquitetónicos antes referidos a **negrito**.

PROPOSTA

- O primeiro objetivo deste "Plano de Pormenor", proposto agora aos membros desta Assembleia Municipal de Faro, à Vereação e, ao Presidente da Câmara, será o de travar o eminente projeto entretanto obsoleto pela "*Inovatio*" (inovação para as novas mobilidades) com a eletrificação da ferrovia para sotavento, enxameando de inestéticas catenárias todo o "Castelo" nascente, sul e, poente, dividindo-o ainda mais da área da Ria Formosa.

- Em substituição desse grave erro urbanístico, antecipar e implementar o projeto do "Metropolitano ligeiro de superfície" mas, com maquinaria elétrica de tração incorporando baterias e, ligando-o a Olhão, a Tavira... sem não antes vir por trajeto do lado de Loulé, atravessando o Montenegro com um ramal para o Aeroporto e a Universidade do Algarve. O "Passado" não é de todo inimigo do "Futuro". Complementam-se. A ferrovia poderá continuar noutros moldes de mobilidade moderna e, deveria ser delineada num todo e por toda a «Região do Algarve». Regionalizar precisa-se! e para acompanhar todas as inovações revolucionárias, e que a própria Universidade do Algarve e os seus alunos teriam muito a dizer.

Assim;

- Ligado ao objetivo primordial, e o de dotar toda esta área com mais outros dois "Monumentos Nacionais" e, a propor superiormente; o "Castelo" e, a "Catedral de Faro".

- Incrementar a memória histórica com mais esculturas de várias personalidades já esquecidas, para além da recente proposta de um monumento a D. João III.

- Englobar nesta área do Castelo, parte da atual doca de recreio, o Centro de Ciência Viva, e parte do Jardim Manuel Bívar com a sua Igreja da Misericórdia, incluindo



04/03/2022

naturalmente o Largo de S. Francisco como outro Jardim da cidade e, com seus magníficos monumentos regionais; a **Igreja de S. Francisco** e, o seu **Convento**.

Todas as Arquiteturas atrás mencionadas, após a sua classificação, poderiam ajudar ao concurso e à candidatura supranacional para toda a Área ambiental e lacunar da "Ria Formosa", como "Património Mundial". Por constituírem parte histórica, religiosa e, geográfica, integrantes da então "*Civitate*" romana e, do Porto de "*Ossonoba*". O mais antigo promontório "*Cuneos*", o atual acidente geográfico e paisagístico; o "Cabo de St^a. Maria" com o seu extenso cordão dunar de Ilhas paradisíacas a proteger.

PERSONALIDADES

Geograficamente, o original "*Castelum*" da época romana por múltiplas vezes renovado em outras épocas, também abrigaria nas suas proximidades o ancestral Porto para trocas comerciais, económicas e, culturais. A velha *Ossonoba*, por via marítima desde a época fenícia, naturalmente ligou-se depois através de Cartago à implantação do "Cristianismo primitivo" que, foi introduzido desde logo e nos primórdios da Era cristã.

A "Basílica Romana" (Catedral) teria assim acolhido o primeiro Bispo de Portugal e de que há registo escrito e, na charneira dos séc.s III-IV. Depois de uma sucessão bispal mais antiga, o Concílio de Eliberis registou o seu nome: "***Vicentius de Ossonoba***".

A introdução do "Islamismo" neste sítio, está também patente nos diversos registos escritos da época do Islão. Uma "Mesquita aljama", para além da "Catedral" de enormes colunas prateadas, e ainda "escondidas", recordam o mais antigo nome de "Faro" com origem do príncipe árabe condescendente ; Ibn "Harun", associado ao nome mais ancestral de "Santa Maria" e, símbolo mais antigo da capital mariana do Algarve.

Muito depois, a 7 de agosto de 1415, a ligação da Europa ao Mundo teve "Partida" de Faro com a armada naval de D. João I e, depois da última aguada das cerca de 200 embarcações e 20.000 militares e religiosos, e ainda cerca de 2.000 cavalos e... a tomar Ceuta. Considerando-se a tese do início da "Expansão Europeia" (Dr. Onésimo Almeida) e, sabendo que D. João I comandou as tropas junto com o seu filho o **Infante D. Henrique** e outros príncipes, bem como **S. Nuno Álvares Pereira**, este "*locus*" presenciou à passagem de todas estas personalidades e, em favor de outra tese, o de ser a sede temporária da "Ordem de Avis" (Prof. António Farinha).

Muito depois, sabe-se ainda da descrição num documento que alude a uma garraiada para treino e diversão dos cavaleiros de **D. Sebastião** que, teria pernoitado numa edificação entretanto demolida (Prof. Horta correia), bem perto do Castelo.

Mais tarde, em 1493, **Cristóvão Colombo** aporta a Faro com um grupo de índios da América central, logo após a sua grande descoberta e, a caminho de Espanha. O



04/03/2022

mesmo canal de Faro, vê atravessar então a nau "Niña", depois de o navegador europeu ter-se confrontado com D. João II, e atravessado antes o rio Tejo para o efeito.

No início do séc. XX, barcos a vapor, partindo de Faro, ligam-se à América e a África, carregados a partir do seu porto, comprovando-se esse facto pelas imagens fotográficas que estão no "Café Aliança" e, talvez, nos mesmos sítios onde as aguadas eram feitas na "Idade Média e Moderna". Sabe-se ainda que a fonte da "N. Sr^a. da Estrela" permaneceu antes no parapeito da doca de Faro e, até aos "nossos" tempos.

Outros factos históricos relevantes, e sobre outras personalidades notáveis, contam muitos episódios históricos e religiosos sobre a "Diocese do Algarve", bastaria relembrar os seus principais bispos; **D. Jerónimo Osório** teólogo e humanista do séc. XVI, e dos sécs. XVIII-XIX **D. Francisco Gomes do Avelar** mecenas de todas as Artes.

Ainda antes, relembrar a figura notável do séc. XV, **Samuel Gacon** ao introduzir os primeiros livros impressos em Portugal numa tipografia situada no centro deste espaço patrimonial.

Nos primórdios do séc. XX, com o Pintor **Augusto Lyster Franco** implementando o Ensino das "Artes e Ofícios" no Algarve, criou-se então a "Escola de Desenho Pedro Nunes" ("Tipografia União"), que teve a frequência do pintor e do Futurista **Carlos Porfírio** e, ainda a do filho do Diretor desse Ensino artístico ; **Mário Lyster Franco**.

No mesmo espaço, ainda perdura a mais antiga publicação regional do país e da Diocese, a centenária "Folha do Domingo". Em tudo e em muitos factos, altos dignatários assinalados também a **negrito**, deviam ser testemunhados permanentemente através de esculturas ou atribuições toponímicas.

O futuro "Museu da Imprensa", a localizar-se no quarteirão do magnífico **Paço Episcopal** (hoje do magnífico "Museu do Azulejo Barroco"), poderia ainda enriquecer essa grande Escola do ensino teológico, o "**Seminário de S. José**" e antigo "Liceu de Faro", onde frequentou o arqueólogo **Estácio da Veiga** e tantas outras personalidades relevantes.

Foi também neste espaço da "Vila-a-dentro" que habitou o cidadão de Faro e, o canto-autor musical **José Afonso**.

Foi igualmente, pela menção num romance ("Gente Singular") do escritor e Presidente da República **Manuel Teixeira Gomes**, passado no Paço Episcopal com a chegada a Faro de um dos seus personagens desse livro, acrescentando valor cultural ao sítio pela literatura.

E constitui-se um sem fim de memórias históricas, religiosas e, geográficas, de importância para Faro, na relação com a Europa e o mundo, sendo o local exato para o futuro «Panteão Regional do Algarve» e, onde poderiam constar todas as personalidades que por cá se relacionaram, para além do Poeta **João de Deus**."



O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) - «Muito obrigada, Sr^a. Presidente.

Começo por dar os meus parabéns ao Arquiteto Cantinho, pela resenha histórica que aqui nos faz, porque nos traz sempre documentos com interesse histórico e especialmente interesse histórico municipal - porque estamos aqui na Assembleia Municipal de Faro.

Dizer que é com pena que falta uma folha à moção, porque gostava de a ter lido toda, mas falta-me aqui a página quatro que não a consegui ler, deve ter sido um lapso, pelo que desde já pedia que, face ao enquadramento histórico que aqui está feito, nos fosse enviada toda por inteiro.

Por outro lado, dizer que a Sé de Faro é, desde 1955, já um património classificado como de interesse público. Já tem essa proteção. É uma zona especial de proteção, está enquadrada nesse aspeto e, sem querer pôr em causa aquelas que são as intenções do PPM – boas, evidentemente – ao sugerir aqui um Plano de Pormenor para esta zona, a Bancada do Partido Socialista entende que seria muito mais útil para a nossa cidade e, mais a mais, porque estamos aqui perante um cenário de uma candidatura a Faro Capital Europeia da Cultura em 2027, que faria mais sentido apresentarmos aqui o Castelo e a nossa Sé Catedral como monumento nacional. E aí, sim, daríamos um verdadeiro valor histórico com toda a honra que a nossa Sé e a nossa Catedral merecem.

Dito isto, evidentemente que nada temos a opor à proposta do PPM, votaremos a favor, mas deixamos, contudo, esta nossa observação que teria um efeito com uma dimensão muito maior do que limitarmos aqui um Plano de Pormenor. Disse. Muito obrigada.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) - «Obrigado, Sr^a Presidente.

Devo confessar-vos que, desde que o membro Vítor Cantinho faz parte desta Assembleia Municipal, acompanho com a máxima atenção os seus contributos no domínio que eu diria do urbanismo, do património, da memória histórica mais importante, considerar para os farenses e para os Algarvios.



Acho que ele traz para esta Assembleia assuntos que é bom que nós estejamos despertos para eles e sempre me deparei com um paradoxo que eu não consigo ultrapassar.

A grande importância dos considerados vai sempre desembocar em questões concretas que, de alguma maneira, destoam todo o valor que para ali é carregado. Concretamente, neste caso: eu li detalhadamente todas estas folhas e essa leitura foi para mim enriquecedora. Mas depois encalho em duas linhas concretas, objetivas, claras da proposta: o Plano de Pormenor do Castelo terá como primeiro objetivo “travar o eminente projeto entretanto obsoleto pela *Inovacio* – (aqui estamos no latim, já passamos pelo francês, agora usa-se mais o inglês...) – inovação para as novas mobilidades com a eletrificação da ferrovia para Sotavento, enxameando de inestéticas catenárias, todo o castelo nascente sul e poente, dividindo ainda mais da área da Ria Formosa”, ou seja, muito rapidamente e para terminar: eu, no outro dia, tive a oportunidade de assistir a uma ideia – espero que se transforme em projeto e que esse projeto seja concretizado – que foi muito para além daquilo que nós na CDU sempre defendemos relativamente à Fábrica da Cerveja. Precisamente aquele aproveitamento, que foi surpreendentemente excedido pela integração do conjunto importante de áreas adjacentes e de interligação com o museu municipal – faço votos para que haja uma boa concretização em projeto e em realização – que se estendeu para a área vizinha a poente, que poderia, para toda a zona a que se chama Castelo, ser alvo de (chamemos-lhe) Plano de Pormenor que, de algum modo, seria integração e expansão daquilo tudo para uma área notável importantíssima da nossa história, do nosso momento presente e do futuro, e encalhamos numa coisa concreta, objetiva, extremamente necessária para o Algarve para os algarvios e para quem nos visita. Desde 2004, que a eletrificação devia ter chegado a Vila Real de Santo António, pelo menos. E como o Algarve somos todos nós, desde sotavento a barlavento, deveria ter chegado a Vila Real de Santo António e deveria ter chegado a Lagos. Coitadinhos e pobrezinhos, satisfizemo-nos por que ela chegasse a Faro...

Agora, quando passados estes anos todos, parece que finalmente estão criadas todas as condições para que a eletrificação da linha, a renovação do material circulante... e não é só a eletrificação da linha, não é só renovação do material circulante é o contexto em que se está a processar, em que o



transporte de mercadorias e o transporte de pessoas pela ferrovia é inquestionavelmente uma necessidade da Europa, já há muito tempo de Portugal, já há muito tempo e tem de ser concretizada. Nós agora, com estes considerados todos notáveis, vamos bater num primeiro objetivo, não vamos eletrificar a linha. Não digo mais nada.

Muito obrigado.»

O Membro da AM, Teresa Correia (PSD) - «Boa noite, mais uma vez. Eu gostava de dizer o seguinte: as ARU's que foram definidas no âmbito da política de regeneração urbana podem e devem ser, digamos, transformadas eventualmente em Planos de Pormenor de salvaguarda. Isso está definido no próprio regime de reabilitação urbana. Agora, isso não significa que as intenções que aqui estão de prender ou a travar eletrificação da linha, isso não trava nada, porque é um compromisso do Estado e efetivamente não há um Plano Municipal que consiga travar um imperativo vindo de uma situação de ordem superior. Portanto, em certo sentido, não é com esse intuito que se deve fazer Planos Municipais. Os Planos Municipais devem ser feitos por necessidades de desenvolvimento da cidade em determinadas áreas e, neste caso, o facto de haver um centro histórico consolidado e, digamos, já classificado, porque o Castelo e parte dos edifícios que estão aqui dentro desta Muralha já estão classificados, já existe algum grau de proteção. No entanto, a verdade é que ainda existe um grande grau de indefinição relativamente ao resto do edificado, nomeadamente a nível da restante malha urbana, que continua a poder fazer mais ou menos o que se quiser, para além dos conceitos vagos de harmonia e de alguma proteção, que através da Direção Regional de Cultura depois incide sobre todas as envolventes que estão agregadas a cada a cada monumento.

No entanto, a projeção daquilo que seria os limites máximos de ampliações, os limites máximos de edificabilidade e os usos, seria um ganho se efetivamente nós tivéssemos isso definido dentro do nosso Centro Histórico. A maior parte das nossas cidades, a nível de Portugal, já têm Planos de Pormenor de salvaguarda. Isto não é nada de estranho, e não traria nenhum estrangulamento ao desenvolvimento pelo facto de haver um Plano de Pormenor salvaguarda. Porque atualmente, tal como eu disse aqui, os



próprios Planos já são feitos com algum grau de flexibilidade para permitir alterações, caso se venha a perceber que é necessário.

Portanto, em certo sentido, concordamos com a proposta do Plano de Pormenor, não propriamente para ser usada como instrumento de arremesso contra a linha de caminho de ferro, mas para garantir que haja um bom planeamento dentro de uma zona que é sensível. Muito obrigada.»

O Membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

Muito rapidamente, só dizer que eletrificação da linha de caminho de ferro está a ser já executada, as catenárias estão a ser colocadas. Acho que é uma mais-valia para toda a região ou pelo menos para a parte do sotavento da nossa região, termos a linha eletrificada. Mas o que o arquiteto Cantinho quer dizer, e eu acompanho-o perfeitamente, é que também não vale tudo. E sem dúvida alguma que temos de admitir que as catenárias colocadas na frente de Ria, junto ao Castelo e à Muralha de Faro, desvalorizam sem dúvida alguma essa paisagem.

A única coisa que eu lamento nisto é que há tecnologia não muito cara para ter substituído aquele quilómetro e meio junto à Muralha e aquela valorização de Faro junto à Ria e, infelizmente, essa opção não foi aplicada e optaram por aplicar as catenárias como elas vão ser executadas nas próximas semanas. Só isso para dizer.»

O Membro da AM, Vitor Cantinho Lage (PPM) – «Muito obrigado.

Pois, parece um facto consumado, mas não é. Nós temos um projeto, que é o metropolitano ligeiro de superfície, que foi traçado já há muitos anos e vai fazer a substituição – acredito nisso profundamente – da atual linha totalmente obsoleta, não tem passageiros nenhuns, não dá rentabilidade nenhuma. Pronto, é um transporte público e não precisa de ser rentável, mas eu lembro que o Porto tem já bem perto de 70 km de linha de metropolitano de superfície, foi adjudicada uma nova ponte para atravessar o Douro, por cinquenta milhões de euros. Em Lisboa gastou-se cinquenta milhões de euros para novos elétricos de superfície. Portanto, pode ser eletrificado, sim, mas pode ser um metropolitano ligeiro de superfície, que é completamente diferente. É um objeto que pode ter troços sem catenárias.



E estou a lembrar-me do atravessamento de Olhão, de como é que se vai chumbar postos nas traseiras dos prédios, que passa exatamente no meio, passa por cima de Balsa, a antiga cidade romana de Tavira, e toda a área junto à Ria Formosa vai ser toda abastardada, bem como a área da baía de Lagos. A baía de Lagos é dos enquadramentos paisagísticos mais importantes. As catenárias que vão colocar vão atravessar o campo de golfe de Palmares. E não tem utilidade nenhuma. Não há ninguém praticamente que se desloque de Portimão a Faro, senão exceções muito raras e a maior parte deles são turistas que não vão gostar nada dessa solução. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Boa noite a todos, uma vez mais.

O Partido Socialista, como foi referido é, como é óbvio, pela valorização e pela requalificação do nosso património. Tanto que a minha camarada Tatiana, e bem, sugeriu a elevação e a proposta da Catedral da Sé como Património Nacional e achamos que essa era uma excelente proposta para aqui estar.

Considerando toda a envolvência que o membro Vítor Cantinho aqui coloca, existem situações com as quais nós acabamos por não poder concordar. Portanto, iremos abster-nos nesta moção, não pretendendo inviabilizar, mas abstermo-nos relativamente à mesma.»

Não havendo mais intervenções passou-se à:

VOTAÇÃO

Votos contra – 03 (CDU)

Abstenções – 13 (10PS,01BE,01IL,01PAN)

Votos a favor – 14 (09PSD,02CDS,01MPT,01PPM,01CH)

Face ao resultado obtido na respetiva votação, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PPM, foi aprovada por maioria.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Eu ia solicitar, como disse há pouco, se fosse possível, porque todos nós recebemos as moções, não as ler para sermos um bocadinho mais célebres.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr^a. Presidente, obrigado.



Perdoe-me, mas não vou aceder ao seu pedido, porque é muito mais rápido ler isto do que estar a resumir.

Além disso, quando o documento é pouco mais de uma página, eu acho que a dignidade de uma moção, de uma saudação ou de um voto, merece sempre a leitura nesta Assembleia.

Poder-se-ia abrir uma exceção relativamente ao trabalho que esteve por trás, e que tinha à volta de umas seis ou sete folhas, do membro Vítor Cantinho, mas, em geral, acho que a dignidade de quem traz aqui uma moção, um voto, uma saudação, merece sempre a sua leitura nesta casa.

“Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março, assinala-se o Dia Internacional da Mulher. Uma data histórica na luta das mulheres em defesa dos seus direitos. Uma data que passou a ser uma referência no mundo inteiro em memória da luta corajosa das operárias têxteis de Nova Iorque, pela redução do horário de trabalho contra a discriminação salarial e a exploração a que estavam sujeitas.

Em Portugal, a data começou a ser celebrada no tempo do fascismo e da clandestinidade por organizações de mulheres que reivindicavam a igualdade e melhores condições de trabalho e de vida. É com a revolução de abril que as comemorações do Dia Internacional da Mulher se realizam, pela primeira vez, em liberdade e democracia, unindo e mobilizando muitas mulheres para a luta nos vários domínios da vida do país.

Ao longo deste tempo, a ideologia dominante tem procurado subverter a história e o significado do Dia Internacional da Mulher com ações de carácter consumista e alienante para desviar as atenções dos problemas que, de facto, afetam as mulheres, tentando destruir o sentido das suas lutas, com vista à apatia e à indiferença.

Portugal continua a registar níveis gravíssimos no que diz respeito a violência doméstica, um problema que atinge mulheres de todas as idades, que se reflete na saúde, na habitação, no trabalho, na escola, na vida e no quotidiano de muitas famílias e crianças.

É necessário urgente que a legislação em vigor seja aplicada em todos os domínios, nomeadamente na prevenção, na proteção e na reparação das



vítimas de violência doméstica e que as políticas públicas garantam os seus direitos e sejam reforçadas de investimento ao nível dos recursos financeiros, humanos e técnicos nos diversos serviços públicos que intervêm nesta área.

A degradação das condições de vida e de trabalho das mulheres, agravadas com as medidas de combate à Covid-19, demonstra-nos a importância da celebração do dia 8 de março e a importância da luta das mulheres.

Os direitos laborais, a igualdade salarial e o aumento dos salários, a desregulação dos horários e a precariedade, o brutal aumento do custo de vida, a dificuldade no acesso a cuidados de saúde, são exemplos de dificuldades pelas quais as mulheres devem continuar a lutar para que haja igualdade.

Sem direitos, não há igualdade na vida.

Pelo exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro, na sua sessão do dia 28/02/2022, que hoje prossegue aqui a 4/03/2022, propõem que a Assembleia Municipal de fora delibere:

- Saudar o Dia Internacional da Mulher e encorajar todas as mulheres a celebrar o dia 8 de março, continuando a sua justa luta contra as desigualdades, contra a degradação das condições de trabalho e de vida, contra as violências e discriminações, por uma verdadeira política de igualdade, paz e justiça social.”

Obrigado, Sr^a. Presidente.»

O Membro da AM, Susana Joaquim (PS) – «Boa noite. Na pessoa da Sr^a Presidente, em exercício e no Senhor Presidente da Câmara Municipal, cumprimento todos os presentes.

A bancada do Partido Socialista irá acompanhar e votar favoravelmente esta moção. Realmente levantou aqui um conjunto de problemáticas ainda bastante presentes na nossa sociedade e que têm de ser discutidas e aqui é um espaço onde podem ser discutidas. Continuamos a ter a problemática da violência doméstica muito presente; a violência no namoro que não está a ser combatida nas escolas e a escola também tem esse dever, e nós, enquanto cidadãos ativos, temos que pensar no que é que pode ser feito para combater estas problemáticas. A questão dos desequilíbrios salariais no mercado de trabalho, principalmente no setor privado, no setor Estado



isso não se verifica, mas no setor privado continua-se a verificar. E as mulheres são as que sofrem, de facto, com este com este desequilíbrio salarial, entre outras problemáticas.

Neste sentido, nós vamos acompanhar e votar favoravelmente. Obrigada.»

O Membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Exm^a. Presidente da Assembleia, Exm^o. Presidente da Câmara, estimados Vereadores, restante Mesa e membros da Assembleia Municipal.

Obviamente saudamos a CDU por ter apresentado este este voto acerca do Dia Internacional da Mulher. Nunca é demais valorizar e chamar a atenção, obviamente, do papel fundamental da mulher e acho que faz todo o sentido apresentar aqui este voto e concordamos na totalidade com a deliberação aqui indicada.

Só tenho uma pequena crítica a fazer em relação à contextualização. Acho que não está corretamente enquadrado quando refere que “a ideologia dominante tem procurado subverter a história e o significado do Dia Internacional da Mulher”; eu penso que uma coisa não invalida a outra. Era só isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Sr^a. Presidente em exercício, Sr. Presidente da Câmara, demais colegas deputados, caríssimo público.

Em relação ao que está aqui apresentado, nós acompanhamos a moção. Efetivamente ainda se mantém nos dias de hoje, não de forma declarada, mas de uma forma implícita, alguma discriminação. Portanto, ela existe em várias formas, não propriamente, se calhar, aquelas que a gente vê na lei, mas aquelas que são práticas culturais e diárias e, portanto, a igualdade de género também se faz nas pequenas atitudes.

Neste caso, eu também queria relembrar o sofrimento das mulheres Ucríanas, que neste momento estão a passar um momento muito, muito mau e dar também um voto solidário para essas mulheres que neste momento estão efetivamente a sofrer de forma desumana.

Tenho dito.»

Não havendo mais intervenções passou-se à:



VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na respetiva votação, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, foi aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Portanto, vamos passar à seguinte moção, que é da bancada da CDU.

“Moção responder à situação de seca, defender a água pública, reforçar o investimento no Algarve.”»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado Sr^a. Presidente.

Moção – “Responder à situação de seca defender a água pública, reforçar o investimento no Algarve.”

No Algarve, os cada vez mais frequentes períodos de seca têm provocado efeitos muito negativos sobre a vida das comunidades, as atividades económicas e os ecossistemas. O que a realidade atual evidencia – com toda a região do Algarve a viver de forma recorrente fenómenos de seca extrema e seca severa, como acontece agora – é enorme fragilidade que a região enfrenta para se ultrapassar, de forma estruturada e consistente no tempo, situações sistémicas de seca, como as que se verificam ou se avizinham.

Na verdade, sucessivos governos têm adiado investimentos – barragens, albufeiras, obras hidroagrícolas, manutenção de condutas e redes de abastecimento de estações de tratamento – para assegurar o abastecimento regular, para facilitar a reposição dos lençóis freáticos, para potenciar o uso racional e diminuir perdas para aproveitamento de águas residuais e para assegurar os caudais ecológicos essenciais à salvaguarda ambiental, garantindo a fruição por todos os cidadãos, a adequada utilização da água no sistema produtivo e a qualidade das suas funções ecológicas e ambientais.

Para além das medidas excecionais e imediatas que podem ser necessárias adotar, é preciso definir medidas de carácter estrutural, que possibilitem uma maior capacidade de armazenamento, tratamento e transporte de água. É urgente uma política que no âmbito da hierarquização do uso da água em condições de seca, privilegie a utilização de água para uso humano, a saúde



pública, a pequena e média agricultura adaptada às condições do Algarve, a pequena e média indústria e ainda o serviço dos ecossistemas. Para se enfrentarem os fenómenos extremos de seca, o Algarve precisa de implementar um plano integrado em que se correlaciona as necessidades de utilização da água para múltiplos fins, com as adequadas capacidades de armazenamento, promovendo a utilização racional e eficiente da água, assente na universalidade de acesso a este recurso, em detrimento da sua utilização massiva e da sua exploração privada. É fundamental denunciar visões que tentam aproveitar a atual situação para justificar a mercantilização de um bem público essencial à vida, centrando discursos na necessidade de aumento dos preços – como ameaçou o Ministro do Ambiente em março de 2021, passando o ónus do problema para as famílias e para os pequenos agricultores.

A gestão e administração dos recursos hídricos têm que ser exercidas por administração direta do Estado e a mercantilização da água tem que ser proibida. A consideração de que a água é um bem público é a mais importante garantia de que a sua utilização obedece às necessidades do Algarve e do país.

Os investimentos que têm vindo a ser anunciados para o Algarve, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, bem como o chamado Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREH) do Algarve, não garantem a resolução a prazo dos problemas que estão já hoje identificados. A recorrente referência às centrais de dessalinização, como solução principal para o problema de abastecimento da região do Algarve – sobretudo quando se conhecem os elevados custos de construção e funcionamento desses equipamentos, o elevado consumo energético que envolve e o impacto dos resíduos resultantes desse processo – não pode sobrepor-se a exigências que há muito estão colocadas e que têm sido sucessivamente adiadas, nem constituir-se como uma nova oportunidade de negócio como alguns têm defendido.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Faro, na sua sessão do dia 28/02/2022, nesta sua segunda reunião, delibera:

- Defender a água pública como um bem não sujeito à mercantilização e a privatização.*
- Exigir do Governo o reforço do investimento público há muito adiado, designadamente:*



- na construção de barragens e de albufeiras, de que é exemplo a construção da barragem da Foupana, articulando e interligando-a com o atual sistema Odeleite-Beliche;

- na modernização e construção de estações de tratamento de águas residuais (para lá das já existentes) e com um maior aproveitamento para fins múltiplos dessas águas;

- na modernização e expansão das redes e condutas de modo a alargar a eficiência da sua utilização, reduzindo significativamente as perdas.”

Obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Convidava agora a bancada do PSD a apresentar a sua proposta, como combinado há pouco.»

O Membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Muito obrigado Sr^a. Presidente.

Vou passar então a ler a **Moção** proposta pelo PSD.

“A Água e a Eficiência Hídrica do Algarve.

A água é um dos recursos mais preciosos do nosso planeta, pois sem ela não há vida!

Existe uma falsa ideia de que os recursos hídricos são infinitos. Realmente há muita água no planeta, mas menos de 3% da água do mundo é doce. Desta percentagem, mais de 99% apresenta-se congelada nas regiões polares ou em rios e lagos subterrâneos, o que dificulta a sua utilização pelo homem, ficando muitas vezes dependente dos períodos de pluviosidades que, no Algarve têm vindo a tornar-se ao longo das últimas décadas, menos regulares e menos significativos conduzindo-nos a episódios de secas de maior ou menor gravidade.

A seca no Algarve já há muito que não é uma questão de natureza conjuntural, mas sim de ordem estrutural, pese embora ainda não tenha sido elevada a prioridade política, o que sucede apenas quando se verificam fenómenos de seca extrema, tal e qual aquele que estamos a atravessar. Hoje, como em 2018 e 2019, temos barragens e aquíferos no Algarve Central e no Barlavento com um armazenamento inferior a 20% da sua capacidade total.



Foi anunciado em 2019 um Plano Regional de Eficiência Hídrica para o Algarve, e apresentado em fevereiro de 2021, com a previsão de duzentos milhões de euros de investimento, e elencando cinquenta e sete medidas. Não se associava, porém, um calendário de execução, nem se previam planos de contingência.

Assim, os últimos anos foram, não obstante todos os avisos, desperdiçados. Não houve uma única intervenção estrutural. As parcas atuações surgem por vias de proibições, em especial para a atividade agrícola, atividade atualmente duplamente penalizada, com uma subida de 53% dos produtos da agropecuária.

Não há, até hoje, clareza nas soluções, calendário nas intervenções e financiamento nas ações. À falta de água alia-se a falta de medidas concretas e objetivas para minimizar este problema. É fundamental alterar este paradigma. Ações concretas precisam-se!

Até a questão da dessalinização, a qual tem levantado reservas de alguns de alguns do ponto de vista dos custos e dos impactos ambientais, é apenas uma intenção, sem localização, data ou estudo de impacte ambiental, embora já tenha sido anunciada insistentemente.

Mas nem tudo é mau. Localmente, o Município de Faro numa estratégia de sustentabilidade ambiental está neste momento a investir num sistema de telemetria que vai permitir a poupança efetiva de água na rega dos maiores espaços verdes da cidade, como o Parque Ribeirinho e o corredor central da Avenida Calouste Gulbenkian.

Neste sentido, a bancada do PSD na Assembleia Municipal propõe:

1. Louvar a iniciativa do Município de Faro a investir em sistemas de telemetria que vai permitir a poupança de água na rega de espaços verdes, como o Parque Ribeirinho e a Avenida Calouste Gulbenkian;

2. Que sejam tomadas medidas concretas, sobretudo ao nível de apoios financeiros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para a remodelação e reestruturação dos sistemas de abastecimento de água, nas cidades, de forma a reduzir substancialmente as perdas;

3. Que sejam tomadas medidas concretas, sobretudo ao nível de apoios financeiros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de forma



a aproveitar as águas residuais tratadas das Estações de Tratamento de Águas Residuais, vulgo (ETARs), para regras e limpezas urbanas.”

Disse.»

O Membro da AM, António Miranda (PS) – «Boa noite, Sr^a. Presidente. Aproveito para cumprimentar também o Sr. Presidente, que não se encontra na Mesa, os restantes Vereadores e os colegas deputados.

Relativamente a esta moção, nos termos em que ela é apresentada, eu diria que simplifica demais um problema que é demasiado complexo para o apresentar nos termos que apresentou, com medidas finais, como a construção de uma barragem numa zona com um estatuto de proteção enorme, como a Ribeira da Foupana, demonstra que claramente não pensa bem o assunto e apresenta aqui uma proposta pouco trabalhada e estruturada.

O Governo do PS, nestas matérias, tem trabalhado bastante. É óbvio que a falta de água nos preocupa a todos, mas quando não chove todos temos medidas milagrosas e que resolvemos o problema e exigimos que ele seja resolvido, às vezes de formas ou com ideias que não estão estruturadas e, como tal, uma moção que nos se apresenta simples nas soluções, propondo claramente coisas que não estão devidamente sustentadas em ações que nos pareçam viáveis, obviamente da minha parte, não sei se os meus camaradas me acompanham, mas obviamente não terá o meu voto favorável.»

O Membro da AM, Ana Passos (PS) – Muito obrigada, Sr^a. Presidente. Cumprimento a Sr^a. Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento a restante Mesa, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, que por acaso não se encontra, mas cumprimento os Vereadores que se encontram, as senhoras e senhores membros desta Assembleia, funcionários e restante público.

Tal como o meu camarada já referiu, a preocupação relativamente à água ou a falta de água é uma preocupação que nos acompanha já há muitos anos. Esta questão não é nova, é uma questão que tem algum tempo e que se encontra no topo das nossas prioridades.



Não consigo deixar de me lembrar, quando se fala aqui que não está a ser nada feito, que este Governo não está a fazer nada, eu recorro apenas a Senhora Ministra do anterior governo de direita, a Dr.^a Assunção Cristas, que tinha como plano de mitigação para os efeitos da falta de água a fé. Rezava a São Pedro e era a fé e íamos rezar que chovesse.

No entanto, o Governo do Partido Socialista preparou um plano atempadamente de eficiência hídrica para a região do Algarve, o primeiro a ser preparado a nível nacional. Onde foram auscultados todos os municípios do Algarve, inclusivamente aqui a Câmara Municipal de Faro, as empresas municipais de abastecimento de água, inclusivamente a FAGAR, entre muitas outras entidades regionais e concelhias. Todos deram contributos. Portanto, estamos a falar de um plano regional, de um plano que é de todos, não é o plano do Partido Socialista. É um plano que é de todos, onde todos contribuíram.

É também com satisfação que constatamos que quer a CDU quer o PSD acompanham este plano ao apresentarem moções com propostas e estou-me a referir às partes resolutivas, não me estou a referir aos enquadramentos, porque os enquadramentos destas moções estão enviesados e estão cheios de inverdades. Então, na parte resolutiva, existem muitas propostas que vão ao encontro de medidas inscritas no Plano Regional de Eficiência Hídrica, algumas delas já se encontram a ser implementadas.

Assim, não poderia deixar de passar esta oportunidade para esclarecer a Assembleia, uma vez que existe aqui alguma falta de esclarecimento relativamente àquilo que se encontra a decorrer no terreno. Como é do conhecimento geral, dos duzentos milhões de euros de investimento previsto no Plano de Eficiência Hídrica, uma parte significativa é dedicada à reutilização da água e à diminuição das perdas. Neste âmbito, já foi lançado o primeiro aviso para a redução de perdas no setor urbano, com a dotação de catorze milhões de euros, tendo sido submetidas vinte e seis candidaturas que se encontram neste momento em fase de avaliação. Por acaso, gostaria que estivesse aqui o Sr. Presidente da Câmara para nos dizer quantas candidaturas apresentou ele a este aviso.

Para aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras de sistemas de adução em alta, já foi lançado o concurso para a captação no



Pomarão e lançado empreitada para aproveitar o volume morto da albufeira de Odeleite.

Está também adjudicado o estudo prévio para o sistema de dessalinização, prevendo-se a sua avaliação de impacto ambiental ainda no segundo trimestre deste ano.

No que respeita à eficiência do setor agrícola, já se encontram em marcha uma série de medidas, nomeadamente a recuperação do furo da Luz de Tavira, a reparação da descarga de fundo da barragem da Bravura, a modernização da rede de distribuição de aproveitamento hidroagrícola do Alvor, a construção do adutor do Funcho para o aproveitamento hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão.

A estas medidas acrescem ainda medidas de mitigação dos efeitos negativos da atual seca, que constitui o tal plano de contingência que o PSD diz que não existe. Mas vamos a estas medidas do plano de contingência: a barragem da Bravura está exclusivamente reservada para o consumo humano; uma captação mais profunda em Odeleite; uma nova captação no Pomarão até Odeleite, que não obriga uma continuidade no seu uso. Desta forma o uso principal e mais nobre da água estará assegurado por dois anos. Neste momento, conseguiu-se assegurar por dois anos.

Para terminar, referir que o Partido Socialista regista as inverdades que se encontram explanadas nos enquadramentos destas duas moções, assim como também regista a sintonia, na parte resolutiva, com o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que já se encontra a implementação. Disse.»

O Membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Boa noite, Sr^a Presidente, novamente.

Já foi referido aqui várias vezes que nós todos concordamos com esta problemática, é de facto um problema real, tem de ser discutido e tem de ser discutido de forma objetiva.

Sabemos que existem vários planos, a questão é mesmo conseguir executá-los, quando é que são executados e como. Todos concordamos que existe a necessidade de aumentar a oferta de água.

Em relação à CDU, divergimos claramente na forma como tornar o consumo mais eficiente. Eu penso que não podemos considerar que existe aqui o bom, o mau e o vilão nesta matéria e não podemos culpabilizar os



consumidores, agricultores, a indústria, o setor turístico, os campos de golfe, os privados ou o público.

Todos temos responsabilidade nisto e todos temos que trabalhar em conjunto para consciencializar uma utilização mais eficiente deste recurso poderoso que é a água. É o dever do poder político encontrar as melhores soluções para maximizar a oferta, mas também por tornar o consumo mais eficiente.

Neste sentido, discordamos da CDU quando afirma que a água não deve ser sujeita à mercantilização e privatização. E recorro que a mercantilização da água no Algarve, já efetuada a dezenas de décadas. Mas, neste caso, é porque simplesmente limita a procura da solução mais eficiente.

Concordamos que a água é um bem essencial, com características que o distinguem de todos os outros, pelo que necessitará de ser gerido cuidadosamente, garantindo o acesso universal duradouro, tanto para esta geração, como para a geração futura.

E se não efetuarmos uma gestão eficiente deste recurso, ele deixará de estar disponível de forma facilmente captável no futuro e, aí sim, as centrais de dessalinização serão completamente inevitáveis.

Uma nota pessoal, já agora, eu considero que a privatização integral da cadeia do bem água não é desejável. Isto é: desde a captação, ao transporte, à entrega, à distribuição não será certamente a melhor forma de o gerir. No entanto, penso que é preciso aproveitar as valências tanto no setor privado como do setor público e não pode haver dogmas neste contexto. E demonstração disso está por acaso no Plano Regional de Eficiência Hídrica, no volume I, página oitenta. Falamos sobre o diagnóstico da situação atual em termos de eficiência hídrica. Eu passo a informar que no Algarve só existem cinco empresas municipais com participação privada, sendo ela a FAGAR, Tavira Verde, Infraloubo, Inframoura, Infraquinta, num universo de dezanove entidades gestoras. Sendo que este tipo de entidades ocupam cinco dos primeiros seis lugares de eficiência na listagem, conforme podem ver na página oitenta e um. Aliás, tudo o que é verde praticamente são empresas municipais com participação privada e tudo que está vermelho são entidades gestoras camarárias ou com a totalidade do capital público. Isto em termos da diferença para os objetivos definidos no próprio Plano.



Se formos analisar as perdas reais de água, tudo o que tem gestão unicamente pública, tem sempre percas acima dos 20%. Sendo já agora uma exceção, a Câmara Municipal de Albufeira, que apresenta valores muito bons.

Em termos das empresas municipais com participação privada, estas percas reais nunca são acima dos 13,5%, ou seja, é uma diferença abismal. Também em termos de capacitação anual por habitante, temos exatamente as mesmas diferenças, também são os mais eficientes.

E estas empresas podem ter muitos problemas, atenção que não concordo na totalidade como atuam, como como existem, mas se estamos a falar de eficiência de água isto é fundamental.

Por isso, vamos votar contra a moção apresentada pela CDU. Aprovamos naturalmente a do PSD.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

Em relação a esta matéria, já a gente se pronunciou, se não me engano, no Pavilhão Afonso III, em que eu preconizei uma rede de muros de pedra seca. Portanto, é um projeto megalómano, mas que envolve a população toda. Eu nunca ouvi falar sobre isso, portanto, é uma ideia (também posso lançar as minhas ideias) e isto também tem a ver com um Plano a nível regional. Portanto, regionalização precisa-se também nesta área e não grandes projetos impostos de cima, que vão buscar água ao Pomarão, que eu sei que está totalmente poluído, portanto, todo esse lençol freático que há aí é uma *bomba*. Basta dizer que o atum desviou-se em consequência da drenagem de todos os entulhos que vão parar ao Guadiana e do Guadiana vão para o Atlântico.

Sou defensor das mini barragens. Penso que este projeto já foi apresentado há muitos de anos na Assembleia da República, não foi resolvido. Portanto, há um projeto, acho eu, de são Brás de Alportel para aquele vale drenante que vem até Estoi ser finalmente em socacos desenvolvidas pequenas barragens, que podem não só reter água mas ajudar a infiltrar para uma das maiores reservas que é o nível freático de todo o barrocal.

Mas há outro nível freático também que eu penso que está mais acima e que ninguém fala nele.



A infiltração natural alimentando os lençóis freáticos e o recurso até do antigo abastecimento, como em Loulé e Faro, lembro-me que eles viam os níveis a descer constantemente e a urgência que era de abrir mais um furo e toda essa aflição continua. Continua porque ao fim de dez anos continua a não chover. Nós fizemos uma análise climatérica... – é uma pena nós não termos tempo, nós temos uma sessão de dois em dois meses, porque é que a gente não pode ter uma sessão de mês a mês? Isto também é uma coisa que é imposto de Lisboa, portanto eles é que fazem os regulamentos e as leis e a gente tem que só reunir e temos que nos despachar rapidamente num assunto extremamente importante!

Mas eu tenho fé que São Pedro vai fazer chover. Eu acho que nós devemos pensar que quando chove temos que agradecer não só à natureza, o homem é um ser muito pequeno para decidir, só ele, tecnicamente com grandes projetos, não conseguiu até hoje, não vai conseguir também daqui para a frente.

Quanto às centrais de dessalinização, eu fui o único a votar contra na Assembleia da AMAL. O plano regional precisa-se. E local também! Podemos já resolver uma questão; eu falei há pouco com o diretor do aeroporto, eles esgotam milhares de metros cúbicos da água tratada, limpa, perfumada até, com a passarada toda à volta daquilo, diretamente para a Ria Formosa. Porque é que a gente não abre já um recurso de ligação a essa água que é esgotada e que pode regar todo o nosso verde do nosso concelho limítrofe? Obrigado.»

O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite, novamente, Sr^a. Presidente.

Fazer aqui um pequeno contexto, uma informação que talvez nem todos tenham à mão, mas que tem a ver com os consumos de água na região em grandes números. O consumo humano no Algarve ronda os setenta e quatro hectómetros, ou seja, setenta e quatro milhões de metros cúbicos de água, sendo que cada metro cúbico são mil litros de água. Os campos de golfe consomem cerca de onze hectómetros, agricultura cento e trinta e cinco hectómetros, e outros consumos à volta de sete hectómetros.

Posto isto e neste contexto, o PAN concorda que esta questão da água e do consumo da água e da gestão dos recursos hídricos, é um problema



estrutural que veio para ficar nas próximas décadas; que é preciso investir em sistemas de eficiência na utilização da água e das regas públicas; que o PRR deve contribuir para concretizar soluções, por exemplo, nas redes públicas e renová-las e também na reutilização das águas cinzentas das Etar's.

Mas deve ser dito que há muito que alertamos para os problemas relacionados com a gestão dos recursos hídricos. As soluções preconizadas aqui na proposta do PSD, em particular, fazem sentido no geral. No entanto, enquanto gestores daquilo que é público, e a água é um bem de todos – e também é bom lembrar que não é mais de uns do que de outros – a Câmara deve optar, naquilo que forem os seus projetos, por avaliar muito bem os consumos hídricos, tanto pelo gasto efetivo em metros cúbicos que isso representa, como também no sentido de dar o melhor exemplo a todos os cidadãos.

Quanto a isto, gostava de lembrar que o PAN quando aqui falou, e vou pegar num caso específico relativamente à mata do liceu, quando dissemos que não fazia sentido abater árvores para fazer um relvado consumidor de água, não foi do entendimento da Câmara alterar esse projeto, que teria sido muito fácil de o fazer.

Já agora aproveitava, e se houve essa oportunidade, perguntaria se, dadas as circunstâncias atuais, a Câmara estaria disposta a reverter a intenção de instalar um relvado altamente consumidor de água no projeto da mata do liceu?

Mais aproveitamos para dizer, sobre a questão relacionada com a seca no Algarve e os consumos de água, que existe um plano de adaptação às alterações climáticas, concretizado por cientistas e investigadores, que define um plano para o futuro que passa essencialmente por melhorar as políticas atuais, implementar técnicas de retenção de água, pequenos açudes e cisternas, por exemplo, e a reutilização das águas residuais, sendo que a construção de uma barragem, neste estudo e está disponível para todos, ela poderia surgir num cenário hipotético apenas em 2060 e a central de dessalinização em 2080. O transvaze do Pomarão não surge neste estudo e, uma vez mais, passa-se por tentar resolver um problema tirando a água onde ela poderá não existir no futuro, estando também todos nós dependentes de Espanha.



Queria dizer, para terminar, que precisamos, primeiro, de controlar os consumos – e disso poucos falam, nos consumos crescentes. Temos uma região com o maior consumo *per capita* do país, ou das maiores.

Depois, no que toca à agricultura, temos que pensar em formas de agricultura de características mais sustentáveis, em respeito também àquilo que é a nossa paisagem mediterrânica e apoiando os pequenos e médios agricultores e apostando em agricultura biológica, de preferência, permacultura, agricultura sintrópica, agrofloresta que tem dado bons exemplos, por exemplo, em Mértola.

Para terminar mesmo: é por aqui que devemos seguir e não por projetos que funcionam como pensos rápidos para dar a ilusão que se está a resolver um problema, quando na verdade estamos a colocar dinheiro para mascarar uma situação que tende a tornar-se cada vez mais dramática e que certamente não irá desaparecer desta forma.

Vamos votar a favor da proposta do PSD e iremos abster-nos na da CDU, por não estarmos de acordo com a questão da barragem da Foupana, mais uma forma de restringir a selvagem e livre ribeira da Foupana, está-se a tentar resolver um problema criando outro. Obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigada, Sr^a Presidente.

Algumas notas breves, tanto quanto possível, sobre o que aqui foi dito.

Relativamente ao membro desta Assembleia Municipal da Iniciativa Liberal, nem a gestão privada é meritória por decreto divino, nem a gestão pública é sempre uma coisa nociva por igual decreto divino. Podemos encontrar em empresas públicas boas e más gestões, podemos encontrar em empresas privadas boas e más gestões. Nem vale a pena desenvolver o assunto.

A questão aqui é outra, é uma questão política de fundo. É se a água que chega aos utilizadores naquilo que é essencial, não falo desta, é uma água que entra na esfera do negócio privado, dominada pelo negócio privado, ou se a água continua sendo sempre, dada a sua importância para a vida das pessoas e das comunidades, um bem relativamente ao qual o Estado, que é quem nos representa todos nós, não se demite. Esta é uma questão política de fundo e a nossa posição é claramente aquilo que aí está dito. Admito que não concordem; assumam que não concordam!



Defender a água pública como um bem não sujeito à mercantilização e à privatização; agora, isto é um documento simples, não tem por detrás uma bateria de técnicos – nem a questão para nós é essa. Isto é um documento de sinalização política. Sinalização política do quê? Desde a captação até à entrega ao consumidor, para o Algarve a água é uma questão fundamental, como é para todo o país, e nós aqui no Algarve não nos podemos demitir dela.

O consumo *per capita* coloca sempre um problema, as estatísticas colocam sempre problemas, não vamos aprofundar muito isso. O consumo *per capita* é feito relativamente à população residente ou à população que, em cima da residente, durante largos períodos, numa época turística normal, chega a um milhão e meio de pessoas? É que os algarvios também bebem muito álcool – porque eles bebem o álcool que bebem mais o álcool de estrangeiros!

O que é que nós pretendemos dizer?

Caro Vítor Cantinho: há muitos, muitos anos, estava eu em São Brás de Alportel como Vereador e como membro da Assembleia Municipal, já se colocava, em São Brás de Alportel, a construção de duas barragens: uma barragem a norte e uma barragem a sul. E essas barragens tinham um objetivo misto. A barragem mais a sul seria segurar e distribuir água para a agricultura, mas fundamentalmente permitir a infiltração de água. A barragem a norte seria mais para, na zona do Bengado e de Santa Catarina, permitir o desenvolvimento da agricultura.

Para terminar, o que é que nós aqui pretendemos sinalizar, relativamente ao Algarve e relativamente àquilo que os políticos fazem com a decisão política e com o atraso dos investimentos? Aquilo que nós queremos dizer, claramente, é que tem de haver decisão política, vontade política e investimento e obra realizada, relativamente a estas matérias. Tem a ver com a captação, tem a ver com a distribuição, tem a ver com as perdas, tem a ver com o aproveitamento, retornando a montante com as águas residuais, nós temos tido conversa, paleio, estudos demais e obra de menos. Obrigado.»



O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr^a. Presidente, obrigada por me dar a palavra novamente. Eu não intervirei nesta matéria, mas eu tenho que tecer aqui algumas considerações e obrigada por me permitirem fazê-lo. Em relação ao discurso aqui proferido pela bancada da CDU, eu acho que temos que ter alguma dificuldade de comunicação. Porque não só dizemos claramente que há duzentos milhões que vão ser investidos, como a CDU aquilo que pede é que se invista. Portanto, isto para mim é uma contradição! Eu ouço aqui a CDU a pedir investimento, investimento, investimento... e nós dizemos que há duzentos milhões para o Algarve – não é para o país, é para o Algarve – através de um mecanismo que é o PRR, e a CDU aquilo que pede é investimento, investimento, investimento! Mas é isso que nós estamos a dizer que vai haver. E que os concursos já foram lançados. E, portanto, é evidente que quando lemos esta proposta da CDU, perdoar-me-á aqui o meu querido membro desta Assembleia Municipal – a quem eu costumo chamar, por carinho, vereador António Mendonça – mas eu às vezes acho que a posição da CDU mais parece uma avestruz com a cabeça enfiada na terra, porque insiste em não ouvir. Perdoar-me-ão esta franqueza na forma como me expressei, mas é efetivamente aquilo que sinto quando ouço as posições que estão aqui proferidas.

Por outro lado, explicar à bancada da CDU que está absolutamente fora de questão a construção de alguma barragem, não vai acontecer! E nós algarvios, e às vezes até farenses, temos muita tendência de: *nós queremos isto, queremos aquilo!* – mas temos que ter consciência daquilo que é possível efetivamente fazer. Não é possível construir barragem, tão pura e simplesmente porque este tipo de investimento exige um investimento de fundos europeus e a Europa é completamente antibarragens neste momento, por questões ambientais. As nossas barragens não estão cheias, não sabemos quando se vão voltar a encher. Há uma barragem que só esteve cheia uma vez, que foi quando acabou de ser construída! Portanto, querer ignorar isto é aí que ignoramos a realidade e, lá está, enfiarmos a cabeça dentro da areia.

Por outro lado, ainda que as deliberações que nos traz aqui a bancada do PSD, nesta moção que nos é aqui apresentada, sejam de mérito (não é



demérito, é de mérito) porque é evidente que se deve louvar a iniciativa do Município de Faro de investir em sistemas de telemetria, eu só pedia que o Executivo de Faro também investisse no sistema da água em Faro, porque é uma vergonha nós termos todos os dias uma zona em Faro com perdas de água. Todos os dias. E não queremos também ver isto, é uma vergonha para nós, todos os membros desta Assembleia Municipal perdoar-me-ão. todos temos perdas de água todos os dias, temos ruturas todos os dias, temos um sistema de canalização obsoleto e que só traz problemas aos munícipes farenses. Portanto, sim, louvamos o investimento em sistemas de telemetria, mas já agora era preciso investir um bocadinho mais.

E é daqui que eu vou para o nosso deputado Daniel, da Iniciativa Liberal. Que eu bem sei que o Presidente da Câmara acha que é o único que lê os documentos desta Assembleia Municipal, o que não é verdade, deixe-me dizer – atenção, não é nada contra si porque acho muito bem que os leia e acho que todos nós os lemos. Equivale isto só a dizer o seguinte: é facto que deu aí exemplos de sistemas privados semipúblicos que têm um excelente resultado. Eu pergunto é se esses resultados não vêm da falta de investimento que são feitas nessas empresas? Que talvez seja por aí. Vale a pena pensar nesse ponto.

E posto isto, dizer que estas medidas concretas ao *nível dos apoios financeiros no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, para a remodelação e reestruturação de sistemas de abastecimento de água nas cidades de forma a reduzir substancialmente as perdas*, isto já está pensado, já está planeado, já há dinheiro para isto. Era necessário até que estivesse aqui o Sr. Presidente da Câmara para dizer isto, porque houve uma reunião em janeiro, em que todos os Presidentes da Câmara estiveram presentes, em que isto foi discutido. Há dotação exatamente para este ponto.

Por fim, medidas concretas a nível financeiro nos planos de recuperação e de resiliência, de forma a aproveitar as Etar's: gostava aqui de recordar, especialmente ao Sr. Presidente da Junta, Bruno Lage, quanto tempo esteve parada a Etar Faro/Olhão? Quanto tempo esteve parada? E mais não digo.

Muito obrigada Sr^a. Presidente, pela sua paciência. E serve isto para dizer que a bancada do Partido Socialista, não só vai votar contra a moção



apresentada pela CDU, como também vai votar contra a moção apresentada pelo PSD por entendermos que está cheia de inverdades.»

O Membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União da Freguesias de Faro Sé e S. Pedro – «Muito obrigado Sr^a Presidente, muito rapidamente só dizer é que está tudo previsto, mas nada está feito, infelizmente.

Andamos há muitos anos a falar de gestão da água, eficiência hídrica no Algarve e até no resto do país, está tudo previsto, mas volto a dizer, nada está feito.

Sobre a questão da ETAR estar parada, perguntou diretamente ao Sr. Presidente de Junta o motivo; eu não posso responder porque não sou eu que sou o responsável pela gestão desse equipamento. Agora, posso é vir aqui solicitar que as águas que são lá geradas tenham um destino final diferente do que têm agora neste momento. E aquilo é uma oportunidade de se aproveitar aquelas águas para regar e para lavagens nas cidades ou noutros locais. Isto é que devia de ter sido dito. Isto é que é importante e é isto que nós devemos estar a discutir.

Também sobre a questão do abastecimento de água dos sistemas, que Faro não tem a eficiência desejada: pois exatamente, e é por isso que está aqui escrito, não vamos pedir agora que seja o município a investir num sistema que custa milhões e milhões e milhões de euros. E não é só em Faro, será pelo país inteiro, tem de haver medidas concretas e efetivas para se mudar este paradigma. Não vamos agora pedir que seja um município a remodelar, de hoje para amanhã, um sistema de abastecimento de água que tem sessenta ou setenta anos. Tenho dito, obrigado.»

O Membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.^a Bárbara – «Obrigada Sr^a. Presidente. É só para referir que o Ministro do Ambiente do Governo do PS, Matos Fernandes, considerou como uma possibilidade a barragem da Foupana; só para referir que o Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, do Partido Socialista, acha muito positivo a barragem da Foupana; só para dizer que chove pouco, mas ainda chove de vez em quando e ainda há de chover (porque então se deixar de chover é uma crise bastante grande) mas quando chove é pena que as águas não tenham mais retenção no Algarve.



Só para terminar, e desculpem esta minha sentença insana, vá lá que houve COVID e houve PRR, porque senão não havia mesmo nada de investimento em Portugal! Muito obrigado.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito breve, Sr^a. Presidente, muito obrigada por me dar mais uma vez a palavra e agradeço a sua paciência.

Quero apenas dizer ao Sr. Presidente da Junta, Bruno Lage, que eu gostava que a bitola que usa para um plano de eficiência hídrica que foi apresentado em fevereiro de 2021, a forma como pede a sua execução célere, tivesse a mesma bitola para este executivo municipal, em que andamos há anos a pedir habitação. Gostava que que usasse exatamente a mesma bitola que usa para apontar o dedo ao Governo, que usasse o mesmo para aquilo que vimos aqui pedir muitas vezes. Os membros desta Assembleia Municipal com moções apresentadas, muitas vezes aprovadas por unanimidade, gostava que pedisse a mesma celeridade ao Executivo que apoia. Disse, Sr^a. Presidente.»

Seguidamente passou-se à votação da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

VOTAÇÃO

Votos contra – 12 (10PS;01IL;01CH)

Abstenções – 14 (09PSD;02CDS;01PPM;01PAN;01BE)

Votos a favor – 04 (03CDU;01MPT)

*Face ao resultado obtido na respetiva votação, a moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, **foi reprovada.***

Passou-se então à votação de moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

VOTAÇÃO

Votos contra – 10 (PS)

Abstenções – 01 (BE)

Votos a favor – 19 (09PSD;02CDS;01MPT;01IL;01CH;01PPM;03CDU;01PAN)

*Face ao resultado obtido na respetiva votação, a moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, **foi aprovada por maioria.***



O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – Declaração de voto
«Utilizando o expediente da declaração de voto oral, gostava de deixar aqui uma declaração de voto com um certo tom de humor. Também faz falta para animar a malta. Eu faço votos de que quando a CDU tirar a cabeça da areia, não seja para ver, por orientação da União Europeia e por falta de chuva, nós estarmos a desconstruir as nossas barragens. Muito obrigado.»

Passou-se então à moção apresentada pelo Grupo Municipal do MPT.

O Membro da AM, Filipe Nascimento (MPT) – «Moção – Ponte Móvel da Doca de Faro.

Faz cerca de 130 anos que a linha de caminho de ferro chegou a Faro. Esse grande feito nos transportes, as do desenvolvimento da região e do Concelho, mas infelizmente tal estrutura que outrora trouxe tantas regalias, no dia de hoje o seu efeito não é o mesmo.

É necessário por isso criar condições para que a linha volte a servir os interesses da região e do nosso concelho na totalidade. Mas servir o nosso concelho não é só permitir o transporte de pessoas e bens para a região, é necessário que a infraestrutura ferroviária permita evoluir todo o tipo de atividades sem que a mesma se torne uma barreira, como tem sido até agora.

Quando a linha foi projetada e porque era de extrema importância, foi previsto que a ponte ferroviária que se encontra na doca permitisse a sua abertura, para que a utilização da infraestrutura “Doca” pudesse ser utilizada na sua plenitude, sem criar constrangimentos a barcos mais altos, com mastros ou não, em qualquer altura do dia, sem constrangimentos do estado da maré.

Para isso os caminhos de ferro portugueses, tinham pessoal afeto para manobrar a sua abertura e fecho, quando necessário e em consoante a necessidade dos caminhos de ferro.

Acontece e é do conhecimento de todos que, com a modernização da linha, foram criados automatismos, reduzindo os postos de trabalho afetos, como o exemplo do que se passou nas passagens níveis nas estradas. O historial do que aconteceu com a ponte, é que a ponte foi fechada



permanentemente, contrariamente à necessidade para que foi projetada e que prejudicaram a utilização da ponte durante dezenas de anos até aos dias de hoje.

Compreende-se que a manutenção da estrutura ponte ferroviária para que possa continuar a abrir seja com um custo elevado, mas essa é apenas da responsabilidade da entidade exploradora da linha e a mesma deveria ter mantido as condições e características para que foi projetada desde o início, ou seja permitir a sua abertura.

Até ao momento sempre houve a permissividade para a entidade exploradora dos caminhos de ferro continuar nessa condição, não os responsabilizando do dever de manter a estrutura funcional de forma a permitir o acesso à doca sem qualquer limitação.

Considerando mencionado o mencionar anteriormente é pedido que se vote a responsabilização da entidade exploradora dos caminhos de ferro, em manter a operacionalidade da abertura da ponte, tal como foi projetada desde o início.”

Disse.»

O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada Sr^a. Presidente.

Gostava aqui só de dizer duas ou três palavras. Eu tenho quarenta anos. Nasci em Faro, vivi em Faro a minha vida toda, nunca vi esta ponte aberta. Nunca! Por aquilo que me foi dito – porque eu nunca a vi aberta – o mecanismo de abertura desta ponte é pesadíssimo. Demora horas para abrir, demorará horas a fechar, uma hora, uma hora e meia. Isto foi aquilo que me foi dito pelo ex-Presidente da Câmara de Faro, Luís Coelho, membro desta Assembleia Municipal. Demora muito tempo, é um mecanismo pesado, um mecanismo obsoleto, evidentemente, aos dias de hoje. Pelo que pedir para aquilo que ali está funcionar, não me parece de todo viável.

Além de que, perdoem-me, nós temos aqui que ser congruentes com o que trazemos à Assembleia Municipal. Então, já tivemos aqui moções de “vamos eletrificar a linha de comboio”; “ai! que a linha de comboio já não é eletrificada; ai! que nunca mais fazem a eletrificação da linha de comboio”, mas depois pedimos para abrir uma ponte na linha de comboio.



Eu, francamente, nem sei muito bem o que hei de responder, porque esta bancada compreende a bondade desta moção, porque no fundo seria um desimpedir dos barcos que estão na doca, parados, não teriam que se regular pelas marés e tudo isso, bem sei, mas entendemos que não é congruente com aquilo que se pretende para a cidade de Faro, com aquilo que é a cidade de Faro. Então não existe um plano apresentado por este executivo municipal de fazer um passeio naquela zona também? E agora vai haver uma ponte no passeio, também, que vamos pedir para levantar? Eu acho que isto não é congruente, perdoem-nos. Não vai ao encontro daquilo que está até delineado pelo próprio executivo. E como tal, esta bancada não poderá votar favoravelmente esta moção.

Muito obrigada.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

Faz todo o sentido abrir a ponte. Mesmo que um dia, eu penso e também sonho com isso, venha a ser um espelho de água a doca no sítio atual, com água salgada, com um metro de profundidade, era o suficiente e com mais um ou outro apetrecho para dinamizar o turismo da cidade. Agora, o que não dinamiza o turismo da cidade é não haver veleiros. Até hoje não entrou nenhum veleiro na doca (chamam marina, mas não é marina), a doca de Faro esteve impossibilitada de trânsito de veleiros. E também fazem parte da paisagem. Basta ver Olhão que vai acrescentar às marinas mais outra. E está a monopolizar, digamos assim, de certa forma, o estacionamento de veleiros e nós precisamos de uma marina, a toda a hora, vai é demorar muito tempo.

Agora a ponte abrir ou fechar, eu penso em cinco a dez minutos está aberta a ponte e volta a fechar. O custo que isso vai ter...? Não, é que até hoje tivemos o prejuízo de não ter veleiros na doca, temos que reivindicar essa situação. Por culpa da CP, e continua uma lixeira toda a linha e continuam sete catenárias chumbadas até a ponte. Nós estamos a abastardar uma área com potencial paisagístico e ambiental fantástico. O que é que acontece àqueles restaurantes que estão ali no melhor sítio a poente de Faro? Muito obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr^a. Presidente obrigado.



Nós já tivemos oportunidade de intervir relativamente a este assunto e a questão para nós é simples. Neste momento, toda a prioridade está na eletrificação da linha. Compreendemos que muitas questões podem ser levantadas relativamente à questão da eletrificação daquela linha e todos têm direito à sua opinião, à sua contribuição, mas para nós, a questão de fundo que se encontra neste momento em cima da mesa é: eletrificamos ou não eletrificamos a linha?

Julgo que a obra já está em curso e nós temos de ser coerentes com as prioridades. E ou a prioridade é fazer rapidamente, sem mais obstáculos e bem, aquilo que está planeado, projetado, dado de empreitada e já em obra e não paramos isto e somos coerentes com isso, ou então nós não temos nenhuma escala de prioridades, não temos nenhuma referência básica e andamos ao sabor do vento e ao sabor da maré. Quanto a nós não pode ser.

Obrigado, Sr^a. Presidente.»

O Membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Em primeiro lugar, queria dizer que aquela ponte tem cerca de cem anos e já não está ativada. Neste momento foi desativado todo o sistema para a ponte se mover.

Eu gostava que esta noite se discutisse de facto que há soluções... esqueçam os veleiros, o canal não suporta os veleiros, mas há soluções e hoje há ferro suficiente para reduzir a altura da ponte e 90% dos barcos que estão na Doca, entram e saem à vontade. Bastava reduzir aquela estrutura, mas ninguém tem a coragem de dizer que é possível, a própria REFER reconhece que é possível reduzir aquela estrutura pesadíssima que tem cem anos. Hoje já há material que reduz aquela ponte quase ao nível da linha. Tenho dito.»

Passou-se então à votação da moção apresentada pelo grupo municipal do MPT.

VOTAÇÃO

Votos contra – 12 (06PSD; 02CDS; 01CH;03CDU)

Abstenções – 15 (10PS;03PSD;01PAN;01IL)

Votos a favor – 03 (01BE;01MPT;01PPM)

*Face ao resultado obtido na respetiva votação, a moção apresentada pelo Grupo Municipal do MPT, **foi reprovada.***



Seguidamente passou-se à moção apresentada pelo grupo municipal do MPT – “Por uma solução diferente para o troço da linha de comboio entre o Chalé das Canas e a Estação de Comboios.”

Membro da AM Filipe Nascimento (MPT) – Moção *“Por uma solução diferente para o troço da linha de comboio entre o Chalé das Canas e a Estação de Comboios.”*

Este tema já foi um bocado falado, eu vou tentar aligeirar um bocadinho, tirando aqui a parte da introdução que toda a gente já conhece.

A linha do Algarve, de barlavento a sotavento, é uma linha obsoleta na forma atual e como tal deve ser repensada.

Salvo erro, a única ligação que não traz prejuízo é o troço Faro-Olhão, sendo o restante o exemplo de degradação de algumas plataformas e estações onde conjuntamente a deficiente articulação com outros meios de transporte dificultam a captação de mais passageiros.

O que existe atualmente na linha Barlavento-Sotavento não nos serve e no futuro está previsto a eletrificação da mesma, que será alvo de grande investimento.

Com as preocupações ambientais e a necessidade de melhoramento dos transportes públicos, é imperativo que a linha do Algarve cumpra todos os requisitos de servir os concelhos por onde passa, voltando a servir a região.

É necessário por isso, criar condições para que no nosso concelho seja também um exemplo de serviço num futuro próximo e num futuro distante.

Servir o nosso concelho não é só permitir o transporte de pessoas e bens. Servir o concelho é também permitir que as outras atividades evoluam sem que a mesma se torne uma barreira, como tem sido até agora. Acontece agora, num novo capítulo sobre a eletrificação da linha, que irá trazer alguns fatores contra o desenvolvimento da faixa ribeirinha da cidade de Faro, em que as características do trabalho em causa irá colocar catenárias ao longo da linha, que se irão traduzir em mais perigos (riscos de electrocução devido à alta tensão colocada), mais ruído e uma imagem horrível a uma zona de excelência retirando todo o potencial existente.

Um investimento de tal grandeza neste troço da linha vai continuar a dificultar ou inviabilizar todo o desenvolvimento hoteleiro nesta faixa do



concelho.

Pior, por se localizar muito próximo da linha do mar e numa cota baixa e com o facto da subida do nível do mar estar numa situação preocupante, a localização da mesma será por um período curto, comparado se este troço tivesse uma deslocação para junto da circular norte da cidade.

Ou seja, não faz sentido continuar com este investimento neste local, mas deve ser procurado alternativas para continuar a manter a linha do Algarve em funcionamento e a modernização sem prejudicar a zona de excelência de Faro.

Uma vez anunciados os fundos do próximo quadro comunitário Portugal 2030 para o sistema de metro ligeiro de superfície entre Faro, Olhão, Aeroporto, Universidade do Algarve, Parque das Cidades e Loulé, faz todo o sentido agora alterar a linha do caminho de ferro existente neste local e procurar uma nova solução, como seguir junto à circular rodoviária norte, obtendo duas estações que serviriam Faro, uma na zona sul, perto do bairro do Bom João e outra no Montenegro.

As ligações ao centro e zonas de interesse podem ser apoiadas pela rede rodoviária urbana com mais carreiras nas horas de chegada e partida dos comboios.

Com isto poderia ser combatido a falta de habitação no centro urbano e facilitar o transporte de trabalhadores e estudantes, tanto no núcleo da Penha como nas Gambelas, não esquecendo a oferta acrescida de transporte à sociedade em geral.

Sendo este um investimento de milhões de euros e enquanto o mesmo não for possível, propomos duas soluções de recurso mais económicas:
1 - Interrupção da linha no Chalé das Canas até a estação atual, com uma ligação coordenada com transportes rodoviários que façam a ligação com a estação atual.

2 - Que o troço entre o Chalé das Canas e a estação atual seja feito por balanço numa tecnologia existente e já utilizada noutros países que evitava assim a montagem das catenárias.

Esta moção tem vontade de melhorar e chamar a atenção para um problema que tem atrasado o desenvolvimento do turismo no concelho e



melhorar as condições de utilização dos transportes ferroviários, que no momento não servem os interesses do concelho.

Tendo em consideração os pontos acima descritos, propomos que sejam feitas diligências junto da CP e Governo a fim de evitar mais estrangulamento e desenvolvimento da nossa cidade.

Muito obrigado.»

O Membro da AM, Emanuel Aniceto (CDU) – «Boa noite, Sr^a. Presidente na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Na nossa opinião, a atual linha do Algarve apresenta vários problemas. Alguns desses problemas são da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, que é quem tem a responsabilidade da gestão da infraestrutura. Outros problemas são da responsabilidade da CP, que até agora é a única operadora na linha do Algarve.

Os problemas maiores prendem-se essencialmente com a falta de manutenção do material circulante que leva a supressões, à escassez desse mesmo material circulante, que depois se reflete também na falta de compatibilidade da linha do Algarve com outros meios de transporte numa real política de intermodalidade.

Relativamente ao material circulante, no que toca à falta do mesmo, tem a CP feito um esforço gigantesco na reparação de material circulante a nível nacional, reabrindo oficinas que tinham sido encerradas no tempo da Troika. É muito relevante o trabalho que tem sido feito nas oficinas do Barreiro, Entroncamento e principalmente a Norte, em Guifões, onde se tem recuperado material circulante, principalmente locomotivas, que novas custam oito a dez milhões de euros e que tem sido recuperado por seiscentos mil euros.

Essa reparação é feita com mão de obra nacional e, dado que os fornecedores são nacionais, dinamiza-se também a economia nacional, contribuindo para a reindustrialização do país.

Como é sabido, não há um stand de comboios e os comboios encomendados agora demoram anos a serem produzidos. Isto é importante porque a eletrificação da linha do Algarve permitirá que o material circulante seja muito mais eficiente e mais moderno. Foi lançado



inclusivamente agora um concurso internacional para compra de centenas de locomotivas a nível nacional, menos poluente, com custos de manutenção muito mais reduzidos e menos ruidoso.

Enquanto as novas locomotivas não chegam, porque pode demorar muitos anos, se é para a linha do Algarve, provavelmente vão vir as locomotivas elétricas, hão de ser as tais locomotivas reparadas que foram muitas delas encostadas. São locomotivas já com alguns anos, mas não são obsoletas. Se são utilizadas no caminho de ferro francês ou no caminho de ferro suíço, para os suíços e para os franceses servem e para nós servem, se forem devidamente reparadas? Foram muitas encostadas no tempo da Troika e se forem, por exemplo, essas locomotivas, até inclusivamente a própria CP a nível operacional poupa muito dinheiro.

A chegada do carril ao aeroporto, seja em ferrovia ou seja metro de superfície, permitirá retirar um sem número de automóveis da rotovia, dotando a linha do Algarve de uma nova vida. Porque não há descarbonização da economia na área de transporte sem ferrovia. Razão pela qual os PRR's na Europa e em Portugal, preveem aliás grandes investimentos na ferrovia.

É preciso lembrar que a Alemanha recuperou o serviço ferroviário de transporte noturno e impulsionou com o comboio em substituição de viagens aéreas, quando estas são superiores a 400 km.

Turismo – O serviço miradouro que a CP tem na linha do Douro é hoje uma marca internacional. Porque é que não se aplica aqui?

Com a tradição de caminho de ferro para o metro de superfície, que é um dos tópicos da vossa moção, só faz sentido quando existir cabimento financeiro, para não acontecer o mesmo que já aconteceu noutros ramais por este país fora, em que não existe nem comboio, nem autocarro.

Para nós é importante que a linha de caminho de ferro chegue ao centro da cidade, como acontece na estação do Rossio, em Lisboa, ou em São Bento no Porto. Faro ganha mais garantindo o acesso do comboio ao centro da cidade, do que este fique na periferia. Obrigado, Sr^a Presidente.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado.

Novamente para frisar que somos pela via sul; a via norte é o único ponto que não concordamos nesta extraordinária exposição sobre a questão da



Faro Turística, ou não; Faro Cultural, ou não; Faro Paisagística, ou não; Faro Capital da Ria Formosa, ou não. No Porto, o metropolitano de superfície ocupa o espaço da linha da CP. Mas essas catenárias, não tem nada a ver. Vá a Sevilha ver o novo metro. Nós temos que ter material novo, para a frente, para o futuro. Sevilha tem o metropolitano de superfície, é cem vezes menos pesado do que uma carruagem da CP. Portanto, isso tem logo poupanças energéticas, e tem incorporado baterias de lítio. E ele, enquanto para na estação terminal, está a carregar durante um quarto de hora intensamente e depois arranca pela cidade sem catenárias. Agora a questão é esta: a linha de metropolitano, se ocupar a da CP, em troços, estamos já a pensar numa estação intermodal. Patação (já se fala em Patação), Esteval, Faro/Loulé, ligação, portanto a pessoa parou no comboio, apanha o metropolitano e vai rapidamente ao aeroporto, e daí apanha o avião.

Faro/Olhão é um sucesso. Neste momento é a única linha ou troço que é rentável na CP, mas passa a ser um metropolitano, um grande distribuidor turístico de ciclovias. Portanto, a pessoa pode colocar a bicicleta no interior do metropolitano, num espaço próprio, e pode daí drenar para as praias todas. É uma inovação, isto é que é importante pensar, fazer pensar, pôr a Universidade do Algarve, os seus alunos, a projetar as carruagens, que desenho é que vai ter, qual é o peso em relação à carruagem da CP e qual é a poupança de energia, essencialmente no material ultra leve. Muito obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr^a. Presidente.

É uma nota muito curta de carácter histórico e que é de algum interesse considerar neste momento.

Na Câmara Municipal de Faro que era presidida pelo membro desta Assembleia Municipal Luís Coelho, eu fui vereador. E houve uma reunião, (destas reuniões, um bocado de prospeção do futuro) entre a Câmara Municipal de Faro e a Junta Autónoma das Estradas, relativamente à questão da variante Norte. Nós colocamos o problema. Estávamos, quanto a nós, na altura certa de colocar o problema. Porque precisávamos de expropriar para implantar uma via, que poderia ser uma via rodoviária ou uma via rodoviária e ferroviária. O problema foi colocado e as autoridades,



Assembleia Municipal de Faro
04/03/2022

Ata nº. 08

na altura, a Junta Autónoma das Estradas e o Governo disseram-nos perentoriamente: *nem vale a pena falar nisso!*.

A conclusão que eu tirei na altura e que mantenho, desde há 25 anos ou mais, foi a seguinte e sempre a tenho dito: quando atempadamente não se pensou na possibilidade de uma faixa de implantação de vias simultaneamente rodoviárias e ferroviárias, nunca mais isso será feito. Porquê? Porque infraestruturas muito caras e muito pesadas para um país com poucos recursos financeiros, não pode sair de palpites. Têm de sair de decisões políticas sérias, de vontades políticas sérias e de estudos profundos. Na nossa opinião, já é tarde para isso.

E só para perguntar: vamos ter outra parecida, como é que nós, por ferrovia, saímos do Algarve e vamos para a Europa? Aqui é a minha opinião pessoal. Ainda só ouvi alguém a dizer: nós para sairmos daqui para irmos para a Europa, temos de nos afastar do litoral. Temos de nos afastar do existente para construir o novo. Não vamos fazer enxertos no existente, a referência está ali, está o ponto de encontro entre Faro e Loulé, é daí que se tem de partir para a Europa. Muito obrigado.»

Passou-se então á votação da moção apresentada pelo grupo municipal do MPT.

VOTAÇÃO

Votos contra – 17 (09PS;03CDU;02CDS;01IL;01CH;01BE)

Abstenções – 09 (01PS;01PAN;07PSD)

Votos a favor – 04 (02PSD;01MPT;01PPM)

*Face ao resultado obtido na respetiva votação, a moção apresentada pelo Grupo Municipal do MPT, **foi reprovada.***

Passou-se seguidamente à Recomendação apresentada pelo grupo municipal da Iniciativa Liberal – “Transparência e Governação: Divulgação da lista de bens e informação acerca do património da Câmara Municipal de Faro.”

O Membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado Sr^a. Presidente.

“**Recomendação** - Nº1/2022 - Transparência e Governação: Divulgação da lista de bens e informação acerca do património da Câmara Municipal de Faro

Considerando que:



Um dos grandes desafios dos agentes políticos da atualidade é aproximar os cidadãos da política. Como tal, é absolutamente fundamental aumentar os níveis de transparência para garantir que haja maior escrutínio e proximidade entre os órgãos políticos e os cidadãos. A boa governança não deve estar à mercê do acaso, pelo que consideramos essencial desenvolver ferramentas que assegurem a boa governação e o escrutínio público no presente, mas sobretudo no futuro.

Neste contexto, mais do que uma simples boa prática, a divulgação da lista de bens imóveis da Câmara Municipal de Faro com informação detalhada, é uma ferramenta eficaz que aumenta os níveis de transparência e permite um escrutínio eficaz pelos farenses sobre a utilização, potencial, localização e manutenção do seu património público.

A possibilidade de os farenses identificarem facilmente os bens imóveis em posse da Câmara Municipal de Faro permite aumentar a relação de identidade e valorização dos farenses com a sua cidade, o seu concelho, a sua Câmara Municipal, mas sobretudo com os seus próprios bens públicos.

Em sequência do referido, acreditamos que é importante para o futuro do nosso Município de Faro criar um mapeamento de bens imóveis da Câmara Municipal de Faro, que seja facilmente acessível em formato online, com informação detalhada sobre a totalidade do património da Câmara Municipal de Faro.

Assim sendo, o grupo municipal da Iniciativa Liberal na Assembleia Municipal de Faro propõe que a Assembleia Municipal de Faro recomende à Câmara Municipal de Faro:

1. Divulgar a totalidade da lista de bens imóveis da Câmara Municipal de Faro, tanto do domínio público como do domínio privado, no site da Câmara Municipal de Faro, providenciando um mapeamento exaustivo e livremente acessível.
2. Complementar a lista de imóveis com informação detalhada acerca da localização, natureza, descrição, dimensão, estado, atual utilização e outras informações relevantes sobre cada imóvel e manter a lista atualizada.
3. Desenvolver normas ou regulamentos internos que assegurem a manutenção e atualização da lista de bens imóveis na Câmara Municipal de



Faro no médio e longo prazo, mesmo após final do atual mandato do órgão executivo da Câmara Municipal de Faro.

4. Identificar e divulgar, bem como incluir a informação no mapeamento de imóveis, sobre quais os bens imóveis detidos pela Câmara Municipal de Faro que poderão ser alienados, concessionados, arrendados e/ou usufruídos por indivíduos, entidades privadas, entidades públicas e/ou entidades do setor social.”

Muito obrigado.»

O Membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr^a. Presidente, caros membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, estimado público.

Julgamos que esta proposta por parte da Iniciativa Liberal é muito pertinente e faz o maior sentido que seja do alcance de qualquer munícipe a possibilidade de encontrar, localizar e também perceber o uso do património imobiliário do município. Aliás, também ao nível da administração central, a própria Direção-Geral do Tesouro iniciou, ainda que creio sem grande sucesso, mas iniciou já há bastante tempo a tentativa de mapeamento dos imóveis do Estado, mas eu acho que é importante que o município não perca tempo à espera que outros façam aquilo que pode fazer também, e dar aos cidadãos a possibilidade de escrutinarem e perceberem o uso e a extensão daquilo que é o património imobiliário e o uso que lhe está a ser dado.

Penso que isso, em termos de prestação de contas e de transparência, é absolutamente positivo e permitirá, provavelmente, até, que cheguem depois à discussão pública propostas de utilização alternativas e de otimização do uso desses mesmos imóveis, que provavelmente com a informação mais alargada, permite que de facto apareçam mais ideias e também que se discuta e se escrutine o uso efetivo que é dado a cada um dos imóveis e, portanto, pensamos que isso vem em hora oportuna. Se já aqui também discutimos a localização das árvores, porque não também conhecermos com detalhe os imóveis?

Portanto, penso que sim, estamos no bom caminho e esta proposta vem no bom sentido. Muito obrigado.»



O Membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito obrigada, Sr^a. Presidente.

Toda e qualquer moção que venha a esta Assembleia Municipal que tenha como mote a transparência, a bancada do Partido Socialista votará a favor.

Para nós é, de facto, uma medida de grande mérito, é uma moção com grande mérito e consideramos também importante que se tornem públicos e de fácil acesso aos munícipes, os imóveis da Câmara.

E acalento a esperança que uma vez que esta moção foi apresentada pela Iniciativa Liberal e pelo membro Daniel Viegas (o único que lê documentos...), que o executivo municipal ponha em prática esta moção.

Pelo que percebo é uma moção que será facilmente aceite por esta Assembleia Municipal, porque tem mérito, e que com certeza será aprovada. Pelo que acalento esta esperança, que seja efetivamente ouvida a vontade da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara envide todos os esforços necessários para que esta moção se torne uma realidade. Muito obrigada.»

O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite, Sr^a. Presidente.

Apenas para congratular a Iniciativa Liberal por esta proposta, de profundo bom senso, visando uma maior transparência para todos os cidadãos, todos os farenses. E também até para nós, enquanto membros da Assembleia Municipal, que é uma informação que não está assim tão claramente disponível, onde nós também podemos, posteriormente, desenvolver melhor o nosso trabalho com propostas de atividades e projetos para os imóveis da Câmara.

Portanto, iremos votar a favor. Parabéns à Iniciativa Liberal e ao seu representante, Daniel Viegas. Obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr^a. Presidente.

Quando se diz nos consideramos que *“neste contexto, mais do que uma simples boa prática, a divulgação da lista de bens imóveis da Câmara Municipal de Faro com informação detalhada, é uma ferramenta eficaz que aumenta os níveis de transparência e permite um escrutínio eficaz pelos farenses sobre a utilização, potencial, localização e manutenção do seu património público”*, nós lembramo-nos logo que também seria uma



ferramenta importante ao serviço dos agentes económicos que trabalham na área do negócio imobiliário, e acrescentamos: porque não?

“A possibilidade de os farenses identificarem facilmente os bens imóveis em posse da Câmara Municipal, permite aumentar a relação de identidade e valorização dos farenses com a sua cidade, o seu concelho, a sua Câmara Municipal, mas sobretudo com os seus próprios bens públicos.” Isto será seguramente um fator de promoção do bom uso público desse património. E também será mais um fator de promoção da necessidade de fazermos a devida manutenção desse património e, seguramente, na medida das suas possibilidades e no tempo que a conjuntura permitir, julgo que o Sr. Presidente e todo o executivo municipal desencadearão as medidas necessárias para que esta informação possa ficar disponibilizada para todos.

Só para concluir, porque de facto no ponto quatro está lá tudo: “Identificar e divulgar, bem como incluir a informação no mapeamento de imóveis, sobre quais os bens imóveis detidos pela Câmara Municipal de Faro poderão ser alienados, concessionados, arrendados e/ou usufruídos por indivíduos, entidades privadas, entidades públicas e/ou entidades do setor social.”

Ou seja, a montante temos um património público e privado, que é património municipal, que tem uma grande importância até na vida económica municipal. Tudo o que se suscitar em volta desse património, tudo aquilo que está aqui elencado como possibilidades que podem ser suscitadas em volta da existência desse património, todos, mas todos nós, temos a ganhar se houver informação credível e se houver transparência em todos os processos que aqui se vierem originar, daí nós votarmos a favor.»

Passou-se então à votação da recomendação apresentada pelo grupo municipal da Iniciativa Liberal.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30



*Face ao resultado obtido na respetiva votação, a recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da Iniciativa Liberal, **foi aprovada** por unanimidade.*

Seguidamente passou-se à Recomendação apresentada pelo grupo municipal do PAN – “Reforçar a limpeza urbana dos espaços públicos.”

O Membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Recomendação – Reforçar a limpeza urbana dos espaços públicos

Ao longo dos anos temos assistido a uma maior consciencialização dos cidadãos no que toca ao cuidado e valorização dos espaços públicos, enquanto locais que devem estar apresentáveis e limpos. No fundo, o espaço exterior comum é, como que, uma extensão da nossa casa. É inegável que nas décadas recentes Faro evoluiu e é hoje é uma cidade muito menos suja do que há 25 anos, por exemplo.

No entanto, esta evolução não nos coloca ainda no patamar das cidades consideradas as mais limpas do mundo ou mesmo do país.

No entender do PAN, esta situação deve-se em particular a dois fatores:

- a) O mau comportamento de muitos cidadãos, bem visível por exemplo na quantidade de lixo que ainda vemos nas nossas ruas, como máscaras, beatas, papéis e plásticos, ou o facto de durante os passeios com os seus animais de companhia, demasiadas vezes, a recolha dos dejetos dos mesmos não ser feita, o que gera um notório problema de higiene e saúde pública.
- b) Um plano de limpeza insuficiente, que permite que muitas vezes o lixo se acumule em locais impróprios e a negligência na higienização daquilo que é também uma parte importante do espaço público: os passeios, onde se notam bem os efeitos prolongados desta falta de limpeza.

O PAN expressa assim preocupação pela limpeza e manutenção das ruas de Faro, sobretudo nas zonas residenciais onde este problema de saúde pública é mais grave.

Seria importante, aproveitar os dividendos da taxa turística que está prestes a ser cobrada, para investir em infraestruturas públicas, como uma casa de banho na baixa comercial e especialmente na limpeza profunda das calçadas. É urgente fazer a limpeza e higienização, além das ruas de



circulação automóvel e utilizar meios eficazes como “hidrojet”, para eliminar toda a sujidade acumulada, tendo especial atenção aos passeios.

Neste sentido, vem o PAN na reunião de 28 fevereiro, com continuidade hoje, propor que a Assembleia Municipal de Faro deliberou propor à Câmara Municipal de Faro que:

1. Promova ações de sensibilização, educação e civismo no sentido de demonstrar a importância das nossas ações individuais para a manutenção de um espaço público limpo, que irá refletir-se na nossa saúde e qualidade de vida;
2. Que recupera os espaços “WC cão” que atualmente estão abandono um pouco por toda a cidade para que possam de novo ser úteis e cumprir a sua função;
3. Aumente a fiscalização relativamente ao que concerne à conspurcação do espaço público;
4. Que reforça a limpeza das vias públicas, ruas no geral e em particular tratúrios, com limpeza profunda e higienização dos passeios utilizando os métodos disponíveis mais eficazes e ambientalmente sustentáveis;
5. Reforce a rede pública de ilhas ecológicas, aumentando substancialmente o número de locais próprios para colocar o lixo, promovendo os princípios da reciclagem e que reveja a eficácia das rotas de recolha dos resíduos, eliminando o lixo acumulado, muitas vezes a transbordar nestes locais.

Por um concelho mais limpo e bonito.

Obrigado.»

O Membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Eu vi com muita satisfação esta noite criarem-se as comissões, que o meu caro amigo, que já cá não está, Carvalho Afonso, com um brilhantismo que lhe era habitual, pôs em prática um conjunto de situações discutidas a nível das comissões, em conferências, em palestras, enfim, um sem número de coisas. E conseguiu tirar da Assembleia Municipal estas questões todas, dos constrangimentos a Faro, da questão da água... Tudo isto, acho que devia ser debatido, efetivamente e espero que essas comissões venham a propor



essas conferências e essas palestras, para evitar o que aqui se passou esta noite.

E portanto, são temas que levam realmente, como dizia o Vítor Cantinho, muito tempo e seria bom que efetivamente fosse nesses areópagos que essas questões fossem debatidas e depois viessem aqui à Assembleia Municipal para se tomar uma posição.

Não foste esquecido de Carvalho Afonso, pelo Cristóvão Norte!

Há aqui outra matéria que me preocupa solenemente e que não vejo em lado nenhum, pode ser que haja muita vantagem nisso, dizia a deputada Tatiana há bocado que faltava a página quatro da proposta que o Cantinho apresentou aqui. Bem, isto é sinal de que leu as matérias que aqui estão contempladas. Agora, se há aqui uma distribuição de moções pelos serviços da Assembleia e se nós em casa lemos efetivamente essas matérias, não se justifica e eu quero aqui a contemplar o Presidente da Câmara Municipal de Faro, que quando a Presidente da Assembleia Municipal lhe transmite para ele efetivamente falar, ele não faz uma leitura das propostas que traz aqui. Ele passa imediatamente a defender as propostas, como se faz na Assembleia da República ou em qualquer órgão.

Sobre esta moção, a bancada do PSD vai acompanhar a moção do PAN. E vai porque entendemos que efetivamente Faro não é a cidade suja que muita gente diz, mas também ainda não conseguiu ser a cidade limpa que todos nós gostávamos que fosse.

Toda a gente sabe que nós passámos dos Serviços Municipalizados para a FAGAR e, portanto, não é a responsabilidade total da Câmara que possa haver ainda algumas situações complicadas de lixo nesta cidade. Eu direi, modéstia à parte, que há trinta anos como vereador desta Câmara e tendo eu o pelouro da limpeza, Faro teve um prémio de a melhor cidade limpa do país. Não sei se, volvidos trinta anos, isto voltou a acontecer em Faro ou não e eu repito, modéstia à parte.

Agora diria que Faro, quando estas questões passaram para a FAGAR, levantaram-se aqui diversos problemas e que esses problemas se têm mantido ao longo do tempo. E nomeadamente há uma parte aqui que me preocupa imenso, que é a parte de diálogo por parte desta entidade municipal que campeia nomeadamente na pessoa do seu Presidente do



Conselho de Administração. Portanto, o que se verifica aqui é uma falta de diálogo constante e permanente por parte deste Presidente do Conselho de Administração da FAGAR, não atende telefones nem aos deputados municipais, nem por vezes aos próprios vereadores. É difícil falarem com ele, não responde efetivamente a *e-mails* de ninguém. Portanto, ou há aqui tiques de autoritarismo, que eu não quero de maneira nenhuma chamar aqui à colação, mas também eventualmente poderá haver algum cansaço pela parte do senhor.

De modo que queria dizer à vereadora Teresa Aleixo, que na sua qualidade de representante da Câmara Municipal no Conselho de Administração da FAGAR, que eu não quero voltar a falar neste assunto aqui, porque não quero de maneira nenhuma ser o Putin do Gouveia da Costa. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Obrigado, Sr^a. Presidente.

Voltando aqui um bocadinho a esta moção em particular, eu acho que faz todo o sentido a moção apresentada pelo PAN. Aliás, eu penso que na questão da sensibilização e civismo, sobretudo, que deve existir Faro não é um mau exemplo, mais uma vez é um exemplo bom, mas deve-se tornar um exemplo espetacular. E isto é um problema que existe em Portugal e no Algarve, um pouco por todo o lado.

Tem que haver uma sensibilização, uma consciencialização, uma educação para o civismo, desde muito cedo. As nossas gerações mais pequenas, de facto, já são um exemplo face às mais antigas, mas precisam de ser ainda mais e precisamos de incentivar cada vez mais. Eu acho que isso é fundamental, chamar a atenção, ensinar, educar. E apoiamos integralmente a proposta do PAN.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Alinhamos nestes cinco pontos, por um Concelho mais limpo e bonito. Quem é farenses gosta de Faro e terá de estar sempre disponível para criticar com esse objetivo: um concelho mais limpo e bonito, nesta área em particular.

Eu só chamava a atenção, porque “aprender até morrer” e foi preciso chegar ao dia de hoje para saber o que era um tratúrio, pois não sabia que um tratúrio era um passeio. Fiquei a saber hoje. Muito obrigado.»



Assembleia Municipal de Faro
04/03/2022

Ata nº. 08

Passou-se então à votação da recomendação apresentada pelo grupo municipal do PAN.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 00

Votos a favor – 30

Face ao resultado obtido na respetiva votação, a recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PAN, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente passou-se à Recomendação apresentada pelo grupo municipal do PSD – “Programa de adaptação do comércio tradicional no centro histórico de Faro para pessoas com diversidade funcional.”

O Membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – «Muito boa noite a todos, Sr^a. Presidente, na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, na sua pessoa, cumprimentar os restantes Vereadores e vereadoras, companheiros de Assembleia, digníssimo público.

Passo a ler: “**Recomendação.**

Programa de adaptação do comércio tradicional no centro histórico de Faro para pessoas com diversidade funcional.

No âmbito da implementação do plano de mobilidade e transportes, a Câmara Municipal de Faro tem implementado ao longo dos últimos anos um conjunto de medidas promotoras de uma acessibilidade universal no espaço público, nomeadamente, através de um alargamento de passeios e de zonas pedonais, rebaixamento de acessos a passeadeiras de peões, colocação de pavimentos tácteis, eliminação de barreiras arquitetónicas e requalificação de Largos icónicos da cidade de Faro – Largo de São Pedro, Largo Pé da Cruz Sé e Praça Ferreira de Almeida, que neste momento se encontra em obras, com o objetivo de harmonizar o trânsito pedonal e automóvel através da “cota zero”, privilegiando a devolução do espaço público aos peões e ao usufruto da população e com especial preocupação direcionada para as pessoas com diversidade funcional.

Com o intuito de alavancar e reforçar a ligação dos Farenses e quem nos visita ao nosso comércio tradicional, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Faro recomenda à Câmara Municipal o seguinte:



1. Um promover e implementar um Programa de Comércio Mais Acessível que tem como objetivo impulsionar os comerciantes a adaptarem os seus espaços comerciais às condições de acessibilidade universal da cidade de Faro a pessoas com diversidade funcional, temporária ou permanente, de modo a garantir um acolhimento inclusivo e promover a coesão social e a inclusão de pessoas com diversidade funcional no sistema urbano da cidade de Faro.

Quando se fala de diversidade funcional, abrange um universo considerável de cidadãos, desde as pessoas com algum tipo de deficiência física, dificuldade de movimentação permanente ou temporária, idosos, grávidas, pessoas com crianças de colo ou que utilizam carrinhos de bebé, entre outros.

Este programa de Comércio Mais Acessível seria primeiramente implementado numa primeira fase no Centro Histórico de Faro/Baixa de Faro e destinar-se-ia aos proprietários de imóveis, onde seja exercida a atividade comercial, criando estímulos para a realização de obras de adaptação dos seus espaços que facilitem e agilizem a fruição dos mesmos por cidadãos com a diversidade funcional. Estas obras seriam comparticipadas pelo município, numa parte do investimento a realizar ou por meio de benefícios fiscais aos proprietários. O apoio técnico seria prestado por uma equipa especializada, designada pela autarquia, que seria responsável pelo acompanhamento técnico de todo o programa, bem como a instrução de todo o processo.

Este Programa Comércio Mais Acessível – Programa de Promoção de Acessibilidade a Espaços Comerciais, iria criar uma zona de comércio inclusiva no Centro Histórico de Faro, cuja expansão seria gradual à restante cidade de Faro. Com este programa pretende-se ainda promover o turismo acessível e dinamizar o comércio tradicional no Centro Histórico. A promoção da inclusão social através da criação de condições de Acessibilidade universal, um desígnio público.

2 – Criação da Certificação Municipal Faro Mais Acessível que pretende distinguir, divulgar e promover o comércio tradicional e serviços que se diferenciam pelo desenvolvimento de políticas exemplares e de boas práticas na promoção da melhoria das condições de acesso – nomeadamente físico, social e intelectual – aos espaços comerciais e



serviços da cidade de Faro. Esta certificação seria efetuada pelo município com base num Manual de Boas Práticas de Acessibilidades em Espaços Comerciais e Serviços, desenvolvido em conjunto com os parceiros sociais do concelho. Esta certificação seria reconhecida através de um selo de qualidade – Faro Mais Acessível e com uma redução significativa do IMI dos imóveis requalificados.

Estas práticas são, não só uma condição para a igualdade de oportunidades no usufruto dos espaços, bens e serviços a todos os cidadãos, como também deve igualmente ser vista como um novo paradigma do desenvolvimento turístico para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, mas também para a melhoria da experiência turística. O turismo acessível traduz-se em vantagens competitivas e um fator diferenciador de qualidade e um destino turístico.”

Muito obrigado, boa noite.»

O Membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr.^a. Presidente.

Pois esta proposta vai entroncar no Plano Pormenor do Castelo. Acho eu que é, digamos, o coroar do bolo com a cereja, ter esta proposta no sentido de ser ousada, no sentido de implementar o que já foi feito, acho eu que há já um Plano Pormenor para repavimentar o Largo da Sé, porque a calçada está de tal maneira polida, a Rua do Município está toda desalinhada e está polida. Portanto, é extremamente perigoso transitar, muito menos numa cadeira de rodas ou num carrinho de bebé.

A pavimentação nivelada, tal como se fez no Largo de São Pedro está aprovado, pena aquela rampa. Pé da Cruz também é uma obra notável, pela primeira vez acho que se utilizam o sienito na faixa de rodagem, em cubos. E eu prevejo que não há necessidade de levantar a calçada atual, porque tem um desenho especial, do artista e pintor Lyster Franco – acho eu que foi ele que desenhou tudo o que está ali, que não se vê porque o calcário está de tal maneira com ferrugem que não se vê o valor dos desenhos que estão ali em colocados na calçada miúda. E pode-se fazer uma reposição por cima, aumentando o nível com calçada grossa em sienito em cubo. E calçada miúda em granito claro, quase branco, um creme.



Já agora prever sítios de pavimentação de granito serrado para as trotinetas e ciclovias. Muito obrigado.»

O Membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, muito obrigado, digníssimos membros.

Em termos práticos é meritória a iniciativa, como é óbvio porque pretendemos que toda a gente tenha acesso aos variadíssimos locais, mas, como a própria moção diz, nós estamos desde 2017 à espera que o próprio município faça aquilo que tem a fazer a alguns dos espaços públicos. Portanto, há pouco falávamos da bitola dos planos que é preciso concretizar, desde 2017 que estamos à espera de corredores de mobilidade na Cidade Velha, que estamos à espera de acessibilidades para os primeiros andares do museu, que estamos à espera da retirada de pinos junto às paragens de autocarro, que foram colocados pela Câmara e que não permitem o correto funcionamento dos autocarros quando têm de abrir as rampas. Portanto, isto parece-me um pouco irónico, há pouco referirem que os planos têm de sair do plano para o papel. Estamos há cinco anos à espera. E é muito caricato o PSD vir aqui impor aos privados e às empresas que façam aquilo que a Câmara não faz. Obrigado.»

O Membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr^a. Presidente.

Três notas, apenas. Quando aqui se refere que estas obras seriam comparticipadas pelo município numa parte do investimento a realizar ou por meio de benefícios fiscais aos proprietários, nós julgamos que isto é matéria que necessita de regulamentação e achamos que deveria ter havido aqui uma referência à necessidade de regulamentar isto.

Depois, quando se fala numa redução significativa do IMI dos imóveis requalificados, estamos aqui a falar, portanto, tal como no caso anterior, de intervenções em propriedade privada e, relativamente a este tipo de relações entre o município e os proprietários privados, nós julgamos que isto terá de passar obrigatoriamente por regulamentação municipal, no quadro da lei geral, naturalmente.

Finalmente, e esta é uma questão que nós colocamos porque achamos que é uma questão que se coloca como pano de fundo disto tudo, e não tem a ver com o espaço público e com as obrigações municipais relativamente ao espaço público no tocante a estas matérias,



mas tem a ver com o facto de que a legislação e a regulamentação, nestas áreas e para estas finalidades, já exigem aos privados um determinado número de cumprimentos de condições.

Relativamente àquilo que eventualmente é necessário os privados cumprirem, naturalmente não pode haver apoios ao cumprimento da lei. Portanto, a lei não se cumpre para se ter acesso a este benefício financeiro, material e por-aí-fora... Dá-me ideia que o que está aqui em causa é eventualmente incentivar que para lá das exigências da lei, possamos desejar que os privados, relativamente a esta problemática, vão mais longe, façam mais despesa. E se eles quiserem ir mais longe, fizerem mais despesa para melhorar as acessibilidades neste sentido, poderão suscitar apoios municipais.

Estas três questões que aqui coloco, julgo que são questões que terão de ser ultrapassadas para a concretização disto. Por isso, nós vamo-nos abster relativamente a esta matéria, embora no sentido geral estejamos de acordo com isto. Muito obrigado.»

Passou-se então à votação da recomendação apresentada pelo grupo municipal do PSD.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 03 (CDU)

Votos a favor – 27 (09PSD;02CDS;01MPT;01PPM;01IL;01CH;10PS;01BE;01PAN)

Face ao resultado obtido na respetiva votação, a recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, foi aprovada por maioria.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, declarou encerrada a sessão.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

A Presidente da Assembleia Municipal, em exercício

O 1.º Secretário

O 2.º Secretário